



PARQUES para **TODAS** e **TODOS**

Sugestões para a implantação
de parques urbanos
com perspectiva de gênero



PARQUES PAI
para TODAS para T
e TODOS e T
S PARQUES P
S para TODAS pa
S e TODOS
QUES PARQUE
DAS para TODA
DOS e TODO

PARQUES para **TODAS** e **TODOS**

Sugestões para a implantação
de parques urbanos
com perspectiva de gênero

Apresentação	4
Introdução	7
Perspectiva de Gênero	12
Recomendações para Parques Urbanos	23
Recomendações para Parceria com a Iniciativa Privada	44
Considerações Finais	63
Instituições	65
Conceitos Básicos	66
Leitura Complementar	74
Bibliografia	75

Apresentação



Apresentação



Encontre a definição das expressões destacadas na seção *Conceitos Básicos* (pág. 66)

Parques para Todas e Todos é uma ferramenta para inspirar a construção de espaços mais diversos a partir da inserção da perspectiva de gênero em parques urbanos, seja em sua implantação ou gestão. Neste material, buscamos mostrar que infraestruturas urbanas atentas a gênero tendem a promover mais bem-estar e espaços com mais qualidade, sem, necessariamente, aumento de custo. Aqui você poderá encontrar diretrizes, sugestões e ideias para começar a pensar em parques que considerem as necessidades de todas e todos.

Esta publicação destina-se a equipes de gestão do poder público. É um material introdutório que pretende iniciar o debate sobre gênero em espaços públicos, tema que tem ganhado cada vez mais espaço na esfera pública e tem bastante potencial para ser explorado no Brasil.

O presente material se soma a esse debate e foi produzido em conjunto pelo Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS) e pelo Instituto Semeia, no âmbito de uma cooperação técnica com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA), idealizada com o objetivo de estruturar um modelo de operação sustentável para o Parque da Orla do Guaíba. Aqui, trazemos as principais lições aprendidas durante o processo de inclusão da perspectiva de gênero na implementação deste espaço, além de novas

ideias. Este trabalho foi realizado de maio a novembro de 2019.

O UNOPS é um organismo das Nações Unidas cuja missão é ajudar as pessoas a melhorarem suas condições de vida e os países a alcançarem a paz e o desenvolvimento sustentável, alinhado com os objetivos da Agenda 2030. O Instituto Semeia é uma organização sem fins lucrativos cuja missão é transformar as áreas protegidas em motivo de orgulho para os brasileiros. Nesse contexto, fomenta parcerias entre o setor público, a iniciativa privada e a sociedade civil, para o desenvolvimento de ações que visem a inovar os modelos de gestão dos parques naturais e urbanos, de modo que a sociedade tenha como resultado espaços mais bem preparados para o público.

Parques para Todas e Todos contou também com contribuições técnicas da Entidade das Nações Unidas dedicada à igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres – ONU Mulheres e foi revisado pelo Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS), que lidera e inspira o mundo para alcançar sua visão compartilhada de zero nova infecção por HIV, zero discriminação e zero morte relacionada à AIDS.

A publicação está dividida em quatro seções estruturantes: **Perspectiva de Gênero** explica os conceitos que nortearam sua construção;

Apresentação

Recomendações para Parques Urbanos traz sugestões para implementação da perspectiva de gênero; **Recomendações para Parceria com a Iniciativa Privada** apresenta recomendações para parques estruturados nestes modelos; e **Conceitos Básicos** apresenta definições que podem ser úteis para a leitura do documento. São apresentados, ainda, alguns casos no âmbito da gestão pública ao redor do mundo, como na Áustria e na Colômbia, e o exemplo do Trecho 2 do Parque Urbano da Orla do Guaíba, em Porto Alegre.

Boa leitura!



Introdução



Introdução

- “
— Como projetar um bom espaço público? Para quem?
— Para pessoas.
— Que tipo de pessoas?
— Bem, aqui tem uma abertura para que você possa começar a se interessar pela questão de gênero.”

Eva Kail Especialista em planejamento com perspectiva de gênero em Viena

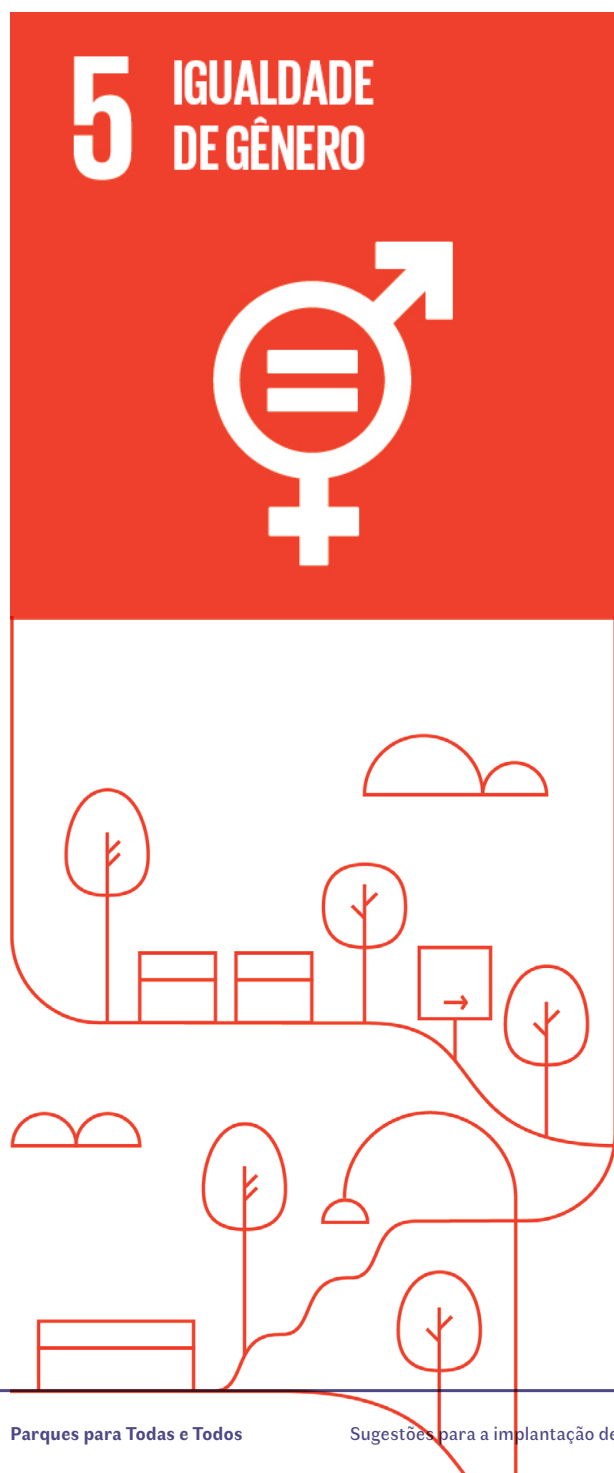
Os parques urbanos têm um papel importante na vida das pessoas na cidade. Neles, podemos encontrar natureza, lugares de descanso, espaço para o lazer e uma possibilidade de pausa na rotina movimentada dos centros urbanos. São também local de trabalho para pessoas que atuam como ambulantes, trabalham com materiais recicláveis ou vigilância e exercem outros diferentes tipos de profissões. Além disso, contam com potencial turístico e para investimentos diversos.

Os parques são elementos importantes para a garantia de qualidade de vida das pessoas e para a preservação dos recursos naturais do planeta. Nesse sentido, integram uma estratégia mais ampla de construção de um caminho sustentável para o mundo. A existência destes espaços contribui para o alcance dos objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que engloba 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) — dois deles diretamente relacionados à presente publicação: os Objetivos 5 - Igualdade de Gênero, e 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis.



Igualdade de Gênero

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas



A igualdade de gênero não é apenas um direito humano fundamental, mas a base necessária para a construção de um mundo pacífico, próspero e sustentável. O esforço de alcance do ODS 5 é transversal à toda a Agenda 2030 e reflete a crescente evidência de que a igualdade de gênero tem efeitos multiplicadores no desenvolvimento sustentável.

Muitos avanços em termos de assegurar melhores condições de vida a mulheres e meninas são um importante legado dos Objetivos do Milênio (ODM). Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável visam intensificar estas realizações, não apenas nas áreas de saúde, educação e trabalho, mas especialmente no combate às discriminações e violências baseadas no gênero e na promoção do empoderamento de mulheres e meninas para que possam atuar enfaticamente na promoção do desenvolvimento sustentável, por meio da participação na política, na economia, e em diversas áreas de tomada de decisão.

O desenvolvimento sustentável não será alcançado se as barreiras tangíveis e intangíveis que impedem o pleno desenvolvimento e exercício das capacidades de metade da população não forem eliminadas.

¹ Fonte: <http://www.agenda2030.com.br/>.

Cidades e Comunidades Sustentáveis

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis



Em 2014, 54% da população mundial vivia em áreas urbanas, com projeção de crescimento para 66% em 2050. Em 2030, são estimadas 41 megalópoles com mais de 10 milhões de habitantes. Considerando que a pobreza extrema muitas vezes se concentra nestes espaços urbanos, as desigualdades sociais acabam sendo mais acentuadas e a violência se torna uma consequência das discrepâncias no acesso pleno à cidade. Transformar significativamente a construção e a gestão dos espaços urbanos é essencial para que o desenvolvimento sustentável seja alcançado. Temas intrinsecamente relacionados à urbanização, como mobilidade, gestão de resíduos sólidos e saneamento, estão incluídos nas metas do ODS 11, bem como o planejamento e aumento de resiliência dos assentamentos humanos, levando em conta as necessidades diferenciadas das áreas rurais, periurbanas e urbanas. O objetivo 11 está alinhado à Nova Agenda Urbana, acordada em outubro de 2016, durante a III Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável.

² Fonte: <http://www.agenda2030.com.br/>.

Introdução

Quando falamos de parques urbanos, a meta 11.7, vinculada ao ODS 11, traz à tona a perspectiva de espaços públicos verdes. Ela prevê: “Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência”. Essa abordagem mostra que questões como segurança, inclusão e acessibilidade se tornam mais complexas quando consideramos a população a partir de recortes como **gênero**, idade e deficiência.

Tendo em vista esse contexto, a implantação e gestão de parques urbanos deve ter como principal objetivo melhorar a qualidade de vida das pessoas nas cidades, promovendo lazer, possibilitando o descanso e o contato com a natureza, entre outros resultados positivos. Mas, quando pensamos em pessoas, de quem estamos falando? Como as imaginamos? Os públicos que frequentam um parque público são diversos e contemplam necessidades variadas que precisam ser atendidas.

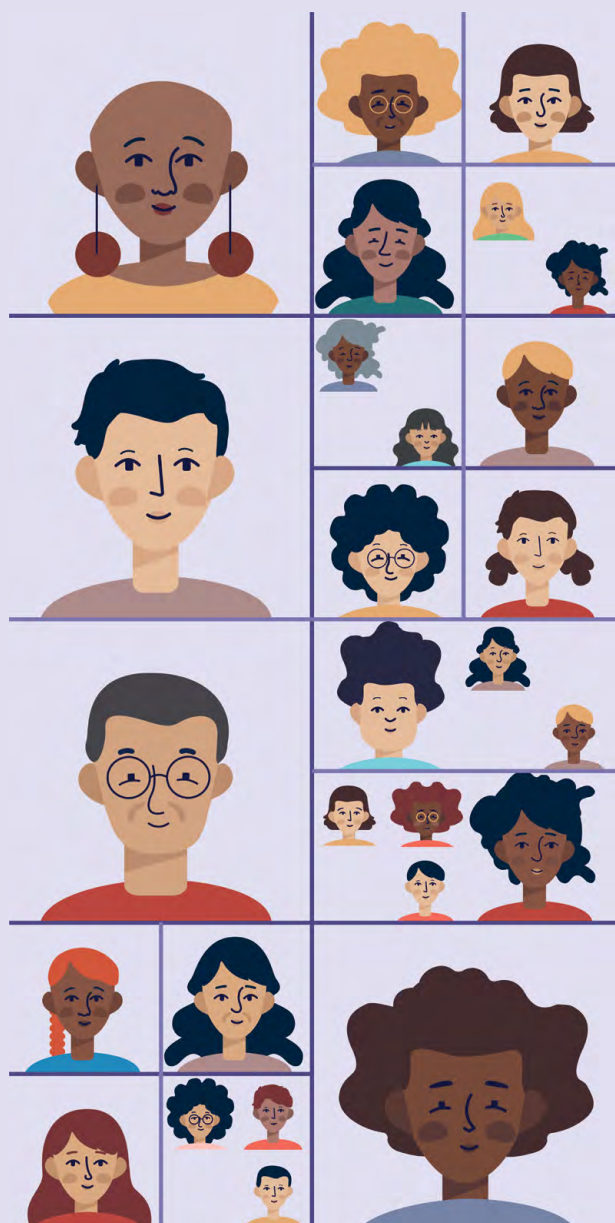
Parques para Todas e Todos é uma produção que busca suscitar a reflexão sobre como podemos lidar com a **diversidade**, contribuindo para a autonomia e o bem-estar de todas e todos. Adotamos o recorte de gênero como uma abordagem possível e potente para refletir sobre a diversidade em espaços urbanos. Portanto, esta publicação busca

trazer um olhar para a construção e para a gestão de parques a partir dos diferentes usos e preocupações de usuárias e usuários de parques, do corpo técnico ligado aos poderes municipais e de especialistas no debate de gênero e cidade.

Essa é uma discussão muito importante, pois leva em consideração a relação entre as pessoas e o local em que vivem. Quando pensamos em um projeto de infraestrutura urbana, muitas vezes relacionamos sua execução apenas a uma racionalidade baseada em números e normas. Permeabilidade do solo, coeficientes de aproveitamento, normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), volumes, alturas, áreas projetadas, legislação urbanística — tudo isso nos dá uma falsa sensação de que estamos planejando nossas cidades racionalmente e que, portanto, o produto final será bom para todas e todos.

Normas e regras são relevantes e, indiscutivelmente, ajudam na construção de espaços, mas é preciso lembrar que as necessidades humanas podem não ser totalmente cobertas por esses regramentos, sendo importante considerar as relações sociais e as interações entre as pessoas. É neste contexto que esta publicação apresenta a perspectiva de gênero, considerando como os diferentes tipos de pessoas fazem uso dos parques.

Por que uma perspectiva de gênero?



O conceito de gênero

se refere aos diferentes papéis, responsabilidades e oportunidades sociais associadas ao ser masculino e ao ser feminino e às relações entre mulheres e homens, meninas e meninos, bem como às relações entre mulheres e às relações entre homens. Na maioria das sociedades, há diferenças e desigualdades entre mulheres e homens nas responsabilidades designadas, atividades realizadas, acesso e controle de recursos, bem como oportunidades de tomada de decisão.

Diversidade

Afirmação

Participação

Direitos Paridade

Os atributos, oportunidades e relações de gênero são construídos socialmente, aprendidos por meio de processos de socialização e reproduzem estereótipos que limitam as possibilidades de realização plena das pessoas. São específicos a cada contexto e época e, nesse sentido, podem mudar sobretudo a partir de um compromisso da sociedade para avançar na promoção da igualdade. Os limites sociais impostos por gênero muitas vezes se traduzem na maneira como são configurados os espaços públicos, as cidades e os territórios em que vivemos.

O urbanismo é a disciplina que planifica e constrói nossas cidades, abarcando uma enorme variedade de espaços, como a casa, os espaços públicos, os equipamentos, o transporte e os entornos.³ Todos esses elementos são suportes físicos para a nossa vida cotidiana e a maneira como são idealizados e produzidos influencia diretamente na nossa qualidade de vida.

Historicamente, o urbanismo foi considerado uma disciplina neutra e, portanto, acreditava-se que a maneira de projetar os diferentes espaços não beneficiava nem afetava nenhuma pessoa ou grupo em particular. No entanto, sobretudo

a partir dos anos 1970, essa abordagem tem sido questionada, demonstrando-se que o fato de vivermos em uma sociedade desigual, que distribui diferentes oportunidades baseadas em gênero, se reflete na forma como os espaços são construídos.⁴

As cidades foram historicamente concebidas de modo a reforçar papéis de gênero. Basta pensarmos na divisão entre espaço público (a rua, os equipamentos e prédios públicos, entre outros) e espaço privado (a casa). Essa divisão atribui aos homens o espaço público, onde ocorrem atividades públicas, como o trabalho remunerado, o lazer e a vida política, ou seja, as atividades que têm visibilidade; e às mulheres o espaço privado, onde se realiza o trabalho doméstico e as atividades do cuidado, ou seja, atividades sem visibilidade.⁵

³ Casanovas et al. *Mujeres trabajando. Guía de reconocimiento urbano con perspectiva de género*. Col.lectiu Punt 6. 2014, pg 26.

⁴ Muxí, Zaida. *Reflexiones en torno a las mujeres y el derecho a la vivienda desde una realidad con espejismos*, 2009.

⁵ Muxí, Zaida. *Reflexiones en torno a las mujeres y el derecho a la vivienda desde una realidad con espejismos*, 2009 e Falú, Ana; Segovia, Olga (edits.). *Living Together: Cities free from violence against women (Building proposals through discussion)*. United Nations Development Fund for Women (UNIFEM). 2008.

Perspectiva de gênero

PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE QUE CUIDA DE AFAZERES DOMÉSTICOS, POR SEXO – BRASIL, 2015

	TOTAL
Homem	51,5
Mulher	88,0

MÉDIA DE HORAS SEMANAIS DEDICADAS A AFAZERES DOMÉSTICOS PELA POPULAÇÃO DE 16 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR SEXO, SEGUNDO COR/RAÇA E LOCALIZAÇÃO DO DOMICÍLIO – BRASIL E REGIÕES, 2001 A 2015

	BRANCA	NEGRA	TOTAL
Homem	10,6	11,0	10,8
Mulher	24,0	24,9	24,4

FONTE IPEA, PNAD 2015.
ELABORAÇÃO IPEA.⁷

Dados mostram que as mulheres seguem sendo as principais responsáveis pelo cuidado de crianças, pessoas com deficiência e pessoas idosas, seja de forma remunerada ou não. A maioria das mulheres exerce trabalho informal, atuando, por exemplo, como vendedoras ambulantes ou catadoras de materiais recicláveis⁶. As mulheres constituem, ainda, a maioria das usuárias do transporte público e o uso que fazem do espaço urbano é impactado pelo risco de violência e assédio.

Há relatos vindos desses grupos do medo e dos episódios de violência que sofrem no espaço público, além dos próprios dados oficiais, tornando necessária a adoção de estratégias, como exame cuidadoso das rotas de chegada e saída, desistência de circular em certos espaços, a escolha atenta de suas roupas para buscar se prevenir de assédios, formação de grupos maiores para circular com mais segurança. Proporcionar acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes significa levar em conta este cenário e buscar inovações que eliminem barreiras físicas e simbólicas⁸. Isso significa incorporar a inclusão da perspectiva de gênero nas discussões sobre as cidades.

⁶ Os dados sobre responsabilização das atividades do cuidado e inserção no mercado de trabalho estão em PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2015.

⁷ Disponível em: http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_uso_tempo.html.

⁸ Sobre mulheres e transporte público, veja mais em: <http://www.generonumero.media/maioria-no-transporte-publico-mulheres-estao-a-margem-das-politicas-de-mobilidade/>.

Perspectiva de gênero



Entre os consensos aprovados internacionalmente, a inclusão da perspectiva de gênero se expressou nas agendas urbanas, buscando efetivar, sobretudo, o direito à cidade para as mulheres em sua diversidade de experiências. Essas formulações estão, em geral, orientadas para garantir o livre uso e desfrute da cidade, a proteção da vida das mulheres no contexto urbano, assim como a participação nas tomadas de decisão, desde o âmbito do planejamento até a sua avaliação.

Nesse sentido, cabe destacar alguns marcos, como a *Carta Europeia das Mulheres na Cidade*, de 1995; a proposta sobre direito à cidade apresentada no V Fórum Social Mundial de 2005; a revisão dos documentos nas Conferências das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável *Habitat I* (Vancouver, 1976) e *Habitat II* (Istambul, 1996) e a Carta pelos Direitos das Mulheres à Cidade, elaborada no marco do Fórum Mundial das Mulheres na celebração do Fórum Univer-

sal das Culturas (Barcelona, 2004). A Conferência *Habitat III* (Quito, 2016) aprovou de maneira inédita o direito das mulheres à cidade como eixo transversal aos temas da pauta urbana⁹.

Assim, a inclusão da perspectiva de gênero na discussão das cidades e do urbanismo busca fornecer uma visão mais ampla das relações sociais, ressaltando que as pessoas experimentam o espaço de maneiras diferentes. Aplicada à implantação de parques, essa perspectiva reflete sobre a diversidade de usos, a convivência, o trabalho, a criação de espaços seguros que possibilitem a distribuição das atividades de cuidado. Por essa razão, propomos neste material ideias para a transversalização da perspectiva de gênero em parques urbanos.

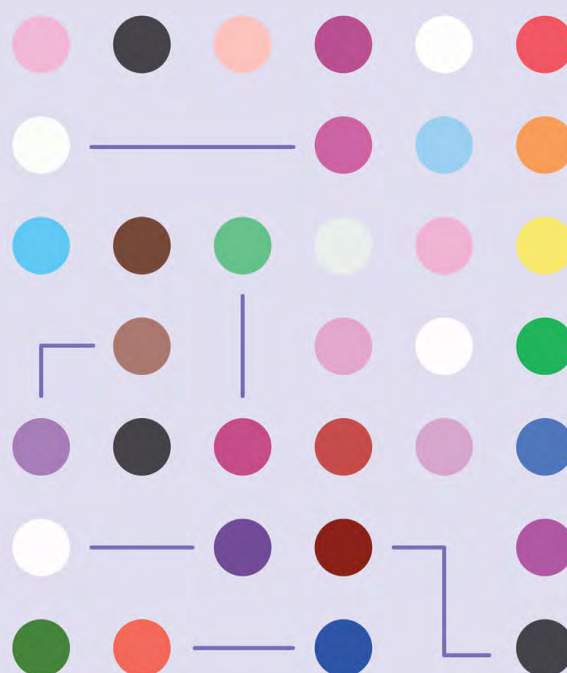
⁹ Falú, Ana. ¿Quo vadis nueva agenda urbana?: acerca del proceso y los contenidos. Revista VIVIENDA & CIUDAD, Vol. 3: 97-100, 2016

Interseccionalidade

Nos estudos acadêmicos e na formulação de políticas públicas, tem se formado um consenso de que a perspectiva de gênero deve incorporar outros marcadores sociais que influenciam a maneira como as pessoas vivem e experimentam o mundo, como: raça/etnia, classe social, idade, entre outras, em uma abordagem chamada de **interseccionalidade**. A interseccionalidade chama atenção para a complexidade das relações que criam desigualdades e vulnerabilidades entre as pessoas e que devem ser observadas na construção de um espaço urbano democrático, onde devem caber todas as experiências.

Por essa razão, por vezes, esta publicação vai tratar de temas que abrangem idade e situação socioeconômica, por exemplo, além de, na medida do possível, suscitar questões relativas a raça. Entretanto, a produção bibliográfica e o relato de experiências que permitem apresentar diretrizes práticas sobre a implantação da perspectiva de gênero em uma abordagem mais ampla é ainda bastante escassa e se circunscreve muitas vezes à relação homem/mulher.

Assim, os insights a respeito da produção de parques e seus impactos na vida de **lésbicas, gays, transexuais e travestis** e dos diferentes grupos raciais são limitados e precisarão ser abordadas em propostas futuras. Ao mesmo tempo, são reconhecidas as barreiras sociais



geradas pelo racismo e os impedimentos à livre expressão dos direitos sexuais, que impõem a indivíduos e grupos de pessoas negras e com identidades de gênero diferentes da norma inúmeras barreiras à sua livre circulação social.

Além disso, este material não trata diretamente das questões da infraestrutura para pessoas com deficiência, ainda que reconheça ser esta mais uma questão que o conceito da interseccionalidade abrange. Este recorte foi feito, pois no Brasil está estabelecida a Norma ABNT 9050/2015 de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, que já traz especificações para parques.

Experiência

Planejamento urbano sensível a gênero

VIENA, ÁUSTRIA

Considerando que os parques urbanos estão inseridos no contexto das cidades, apresentamos abaixo um exemplo da inclusão da perspectiva de gênero na cidade de Viena, na Áustria. É interessante mencionar que na literatura há poucos exemplos da inclusão da perspectiva de gênero em parques, especificamente. Além disso, compreende-se que essa discussão deve estar inserida no debate sobre cidades e espaços urbanos em geral e sobre gestão pública.

A administração municipal de Viena realizou, entre 2009 e 2012, um plano estratégico de inclusão da perspectiva de gênero no planejamento urbano da cidade como orientador para incorporar a igualdade na vida cotidiana das pessoas. Em primeiro lugar, foram identificados os perfis dos usuários e das usuárias de serviços públicos e as suas diferentes expectativas. Esse diagnóstico ajudou a administração a elaborar projetos e políticas adequadas às necessidades, de acordo com o gênero, garantindo a qualidade dos serviços.

O plano resultou em várias iniciativas bem-sucedidas. Em 2010, o governo municipal de Viena determinou que em processos de licitação para contratos de valor acima de

€ 40 mil e prazo de execução maior que seis meses, as empresas implantassem — de acordo com o seu tamanho e especialidade — medidas de promoção das mulheres. Com essa iniciativa, a igualdade de gênero passou a ser um critério qualitativo na hora de escolher os prestadores de serviços e fornecedores da administração pública.



Instalação para as pessoas no mumok, Museu de Arte Moderna, em Viena.
FOTO TASFOTONL / ISTOCK.COM

Os princípios de promoção das mulheres e combate à discriminação também balizam outras decisões da administração pública, como financiamento de pesquisas e instalação de quadras de badminton e vôlei em parques onde a presença de meninas acima de 9 anos era muito menor que a de meninos. Desde que o redesenho dos parques foi iniciado, o equilíbrio na proporção entre meninos e meninas que frequentam esses locais aumentou.

A Prefeitura de Viena também fornece informações a empresas e cidadãos sobre o tema, assim como medidas para erradicar a desigualdade. Para incentivar que toda a gestão pública adote práticas semelhantes, a administração de Viena disponibilizou um manual on-line para consultas. O manual “A integração de gênero: conselhos práticos para obter mais igualdade de gênero na administração municipal de Viena” aborda a questão de forma ampla, considerando homens, mulheres e pessoas **LGBTI+**.¹⁰

A proposta é criar uma sociedade sem papéis estereotipados, sensibilizar para a

questão de gênero e propor ações práticas, principalmente no ambiente de trabalho. Um relatório de acompanhamento de igualdade de gênero é elaborado pela prefeitura periodicamente, a cada três meses, fornecendo uma base para o monitoramento contínuo da situação das mulheres e dos homens. Os resultados podem ser usados para desenvolver novas abordagens e medidas para alcançar a igualdade. As áreas selecionadas pelo relatório são: representação e participação política; emprego; educação; trabalho remunerado e não remunerado; tempo livre; arte e mídia; renda, pobreza e segurança social; habitação; espaço público; mobilidade e violência. A política de igualdade de gênero em Viena contempla vários níveis, como política, negócios, mercado de trabalho, saúde pública, habitação, educação, mobilidade e proteção contra a violência de gênero, pública ou doméstica.

¹⁰ O título original da publicação é *Gender mainstreaming made easy. Practical advice for more gender equality in the Vienna City Administration* e não há tradução para o português.



Meninos e meninas jogam futebol em parque de Viena. A cidade deve ser para as pessoas de todas as idades.
FOTO FIGHTBEGIN / ISTOCK.COM

A POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO DE GÊNERO NA CIDADE ABRANGE CINCO PRINCÍPIOS:

1) Linguagem adequada em textos e materiais (formulários e documentos), bem como em imagens, fazendo com que mulheres e homens fiquem igualmente contemplados e visíveis;

2) A coleta, análise e apresentação de dados devem incluir o **sexo** das pessoas pesquisadas, além de idade, etnia, renda e nível de educação. A análise específica de gênero deve fornecer a base para todas as decisões;

3) A igualdade de acesso e a de utilização dos serviços devem ser avaliadas quanto aos seus diferentes efeitos nas mulheres e nos homens. É fundamental identificar quem usa os serviços, quem pertence ao público-alvo, quais as diferentes necessidades entre mulheres e homens, se ambos os sexos foram contemplados

quando do planejamento e concepção do serviço e se os escritórios que prestam o serviço são estruturalmente adequados a todos os gêneros (iluminação, sala de espera, sinalização, entre outros);

4) Envolvimento igualitário nas tomadas de decisão, com medidas e estratégias voltadas para uma proporção equilibrada entre os gêneros, que engloba grupos de trabalho, equipes de projeto, comissões e conselhos consultivos, bem como a organização de eventos;

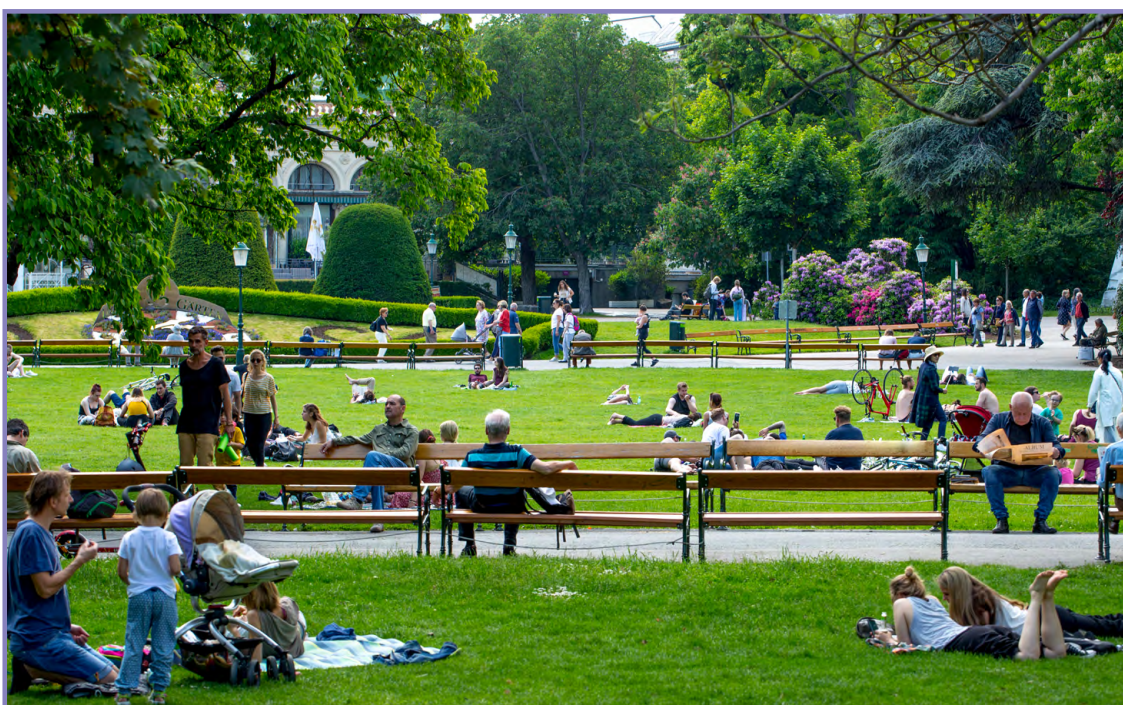
5) Igualdade e integração em processos de direção e na definição do orçamento, ou seja, para decisão de políticas públicas deve ser incluída a avaliação específica do gênero, visando ao desenvolvimento e à implementação de novas metas, estratégias e medidas.



Sinalização no metrô de Viena, em 2018, reforça o objetivo de criar uma sociedade sem papéis estereotipados.
FOTO ALENA KRAVCHENKO / ISTOCK.COM

A cidade de Viena subsidia atividades culturais, de pesquisa, esportes e outros projetos aplicados à integração de gênero e promoção da mulher, como a concessão de bônus para projetos liderados por mulheres; subsídio financeiro com propósito de ampliar a igualdade de gênero; pesquisas e projetos investigativos que incidam sobre a diferença de gênero na utilização dos serviços, comunicação e informação, bem como sobre o desenvolvimento e a implantação de produtos e serviços. O *Relatório de Monitoramento da Igualdade de Gênero* é elaborado com base nos objetivos de igualdade e avalia 119 indicadores diferentes.

O Departamento Municipal de Integração de Gênero instituiu um Fundo de Promoção ao Emprego, que contribui, por meio de aconselhamento, informação e apoio financeiro, para o avanço dos seguintes pontos relacionados à ampliação de oportunidades para as mulheres: carreira profissional, educação continuada, retorno ao trabalho após licença-maternidade, promoção de empresas inovadoras, etc. Além disso, a Agência de Empresas de Viena oferece prêmios adicionais a projetos de pesquisa e tecnologia nas pequenas e médias empresas geridas por mulheres ou com substancial participação feminina.



A população de Viena aproveita a cidade, o Stadtpark num dia de sol recebe homens e mulheres de diferentes faixas etárias.
FOTO SLAVKOSEREDA / ISTOCK.COM

FONTE Site do Departamento de Integração da perspectiva de gênero da prefeitura de Viena:

<https://www.wien.gv.at/english/administration/gendermainstreaming/>.

Experiência

Planos e orçamentos públicos com uma abordagem de gênero

VILLAVICENCIO, COLÔMBIA

Conforme mencionado na apresentação do caso anterior, compreende-se que a inclusão da perspectiva de gênero deve ser tratada amplamente no âmbito das políticas públicas. Sendo assim, apresenta-se a experiência da cidade colombiana de Villavicencio na gestão pública com enfoque em questões de gênero.

A administração municipal de Villavicencio, a partir do início do segundo semestre de 2016, pôs em prática um mecanismo de gestão pública mais eficiente por meio do planejamento e orçamento público com enfoque de gênero, para que as secretarias do município voltem sua atenção para projetos que busquem apoiar e visibilizar com essa perspectiva. Atualmente, Villavicencio tem decretos de execução dos orçamentos de 2017 e 2018 com 252 itens e projetos orçamentários marcados como rotulados para mulheres. Como resultado disso, em 2018, em 70% das secretarias da administração municipal (15) puseram em prática ações concretas em benefício das mulheres e que contribuem para diminuir as diferenças de gênero.

ALGUMAS REALIZAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VILLAVICENCIO

TERMINAL DE TRANSPORTES

- Sala VIP para mulheres com 40 m² com ar-condicionado, câmeras de vigilância, banheiro privativo, chuveiro, espaço para troca de fraldas;
- Sala de amamentação;
- Prioridade para mulheres com crianças nos ônibus;
- Rota livre para saída rápida de mulheres vítimas de violência.

SECRETARIA DE MOBILIDADE

- Botão de pânico para mulheres em aplicativo para celular: Villamov.

EMPRESA DE LIMPEZA

- Programa de cuidados e proteção para mulheres recicladoras;
- Programa de Transformação de Resíduos Sólidos para Mulheres Chefes de Família;
- Enfoque de gênero na manutenção de áreas verdes.

EMPRESA SOCIAL DO ESTADO

- Clínicas cor-de-rosa para atenção às mulheres;
- Extensão de horários em centros de saúde para ginecologia;
- Cuidados de saúde mental para mulheres vítimas de violência.

ALGUNS RESULTADOS OBTIDOS ESTÃO ABAIXO.

DEPOIS DE QUASE DOIS ANOS DE PROJETO, EM 2018, O MUNICÍPIO DE VILLAVICENCIO CONTAVA COM:

Rubrica do orçamento para a garantia dos direitos da mulher. Foram 43 projetos de investimento em 2017 e 203 em 2018 nos quais o investimento municipal foi concretizado e tornado visível pela garantia dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero, e pelos quais o município era responsável;

Até 2018, havia 203 projetos de investimento que apontavam para a garantia integral dos direitos das mulheres em Villavicencio, nos setores de: saúde, educação, segurança, infraestrutura, agricultura e negócios, gestão de riscos, comunicação, mobilidade, gestão social, esporte e recreação, desenvolvimento institu-

cional e secretaria de mulheres, o que reflete a vontade política e o compromisso com as mulheres de nosso território, na busca de uma cidade igualitária, equitativa e inclusiva;

Capítulo especial de prestação de contas que informa sobre o investimento na garantia dos direitos das mulheres, metas, resultados e impactos;

Prêmio Internacional de Boas Práticas, com enfoque de gênero na categoria “transversalidade nas políticas públicas locais”, concedido pela União Ibero-Americana de Municípios (UIM), 2018.

DADOS-CHAVE EM VILLAVICENCIO

2017
43 projetos
linhas de investimento com
rubrica de gênero no orçamento
Villavicencio

2018
203 projetos
linhas de investimento com
rubrica de gênero

2019
217 projetos
linhas de investimento com
rubrica de gênero

NÚMERO DE ENTIDADES VINCULADAS A ORÇAMENTOS COM ABORDAGEM DE GÊNERO (DE 21 ENTIDADES)

2017
6 entidades

2018
13 entidades

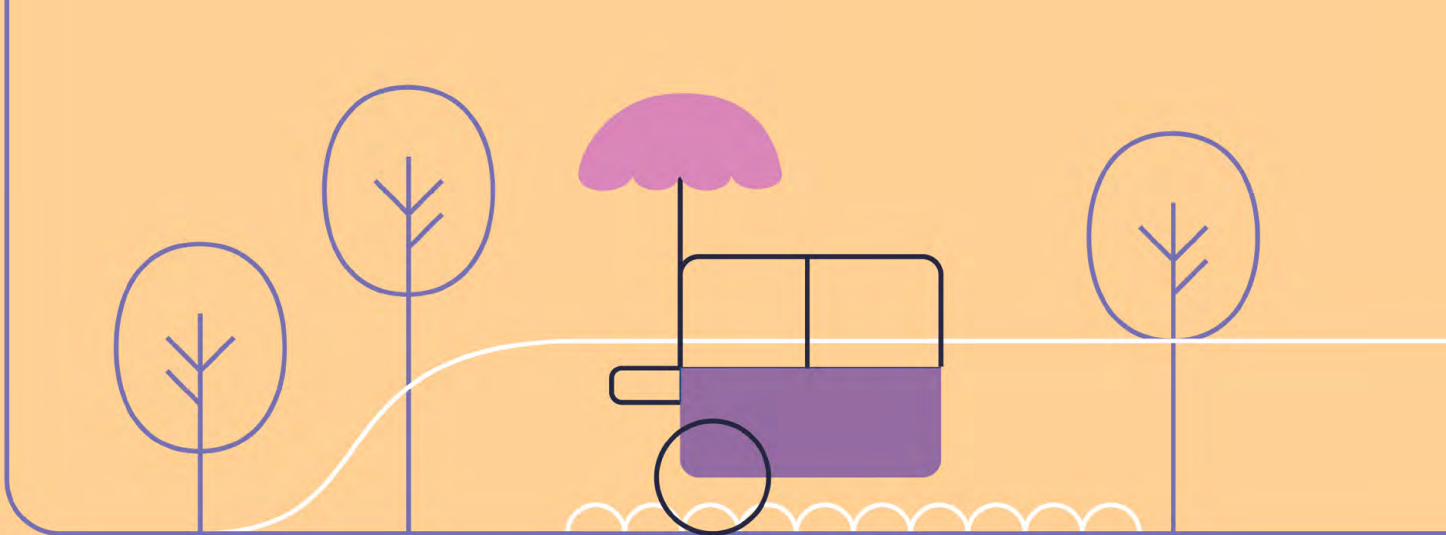
2019
15 entidades
incluindo entidades
descentralizadas

FONTE Escritório da ONU Mulheres.

Recomendações para Parques Urbanos

INCLUSÃO DA PERSPECTIVA DE
GÊNERO NA IMPLEMENTAÇÃO E/OU
GESTÃO DE PARQUES





A elaboração de diretrizes de gênero para a implementação e gestão de parques urbanos é um desafio. Parques urbanos são complexos e envolvem uma ampla gama de questões. Com o intuito de trazer algumas orientações para o tema, reunimos alguns aspectos gerais abordados pela literatura e informados também pelo trabalho de campo desenvolvido e pelo exercício de elaboração de diretrizes de gênero para a implantação do Trecho 2 do Parque Urbano da Orla do Guaíba, em Porto Alegre (RS). As orientações objetivam estimular a transversalidade de gênero nos momentos da implantação de um parque (elaboração do projeto, execução e avaliação), bem como contemplar dimensões relacionadas à estrutura física, serviços e questões urbanas como a mobilidade e a segurança.

As diretrizes se baseiam em diálogos com frequentadoras e frequentadores do Parque Urbano da Orla do Guaíba, reuniões com técnicos do poder público e da sociedade civil organizada, além da bibliografia relacionada ao tema. As experiências reunidas em materiais de referência foram muito importantes, como o Diagnóstico Urbano com Perspectiva de Gênero (desenvolvido pela cooperativa Col·lectiu Punt 6, formada por arquitetas, sociólogas e urbanistas de Barcelona), as experiências de Viena registradas pelo Departamento de Integração da Perspectiva de Gênero da Prefeitura de Viena e as experiências urbanas reunidas a partir da Agenda 2030.

O trabalho permitiu elaborar oito dimensões temáticas que se desdobram nas orientações e sugestões abaixo, as quais são detalhadas a seguir:



1. Participação



2. Trabalho e Liderança



3. Espaços e Equipamentos



4. Serviços



5. Linguagem e Representação Simbólica



6. Mobilidade



7. Segurança



8. Avaliação

1. Participação

O processo de elaboração de projetos de infraestrutura deve incluir a participação equitativa de todos os grupos nos processos de desenvolvimento e na tomada de decisão. Além de realizar os processos de consulta previstos em lei, escutar as pessoas e as suas demandas é fundamental para que a incorporação dessas temáticas esteja contemplada desde o princípio. Quando as pessoas participam, elas se tornam corresponsáveis pela fiscalização e manutenção dos espaços.

O objetivo do planejamento sensível a gênero é permitir a todos os grupos ter voz nas tomadas de decisão e garantir a máxima igualdade de oportunidades para participar nos processos de planejamento. Para isso, reuniões devem ser amplamente convocadas em espaços próximos ao futuro parque, tendo como pauta a situação atual do entorno e os possíveis usos para o parque. A condução das reuniões deve valorizar a fala de pessoas que contribuam com pontos de vista sobre a sua realidade cotidiana, observando a diversidade de identidades de gênero, orientação sexual, raça/cor, origens sociais e culturais (exemplo: cuidadoras e cuidadores, pessoas com baixa renda, diferentes níveis educacionais, idosos, crianças e adolescentes).

A participação também deve ocorrer no monitoramento e avaliação de experiências. Muitas das medidas de inclusão são inovadoras e é preciso acompanhar os resultados para promover um debate amplo e verificar se os efeitos esperados estão sendo obtidos. A participação ajuda a identificar problemas e desenvolver novas soluções.



“Depois de diversas reuniões em escolas do entorno do parque, com a pergunta: Por que as meninas não se apropriam do espaço?, descobrimos que 70% das meninas (e 44% dos meninos) acreditam que não é prudente tentar compartilhar espaços já ocupados por meninos mais velhos, impedindo qualquer tentativa de participação. 82% das meninas (e 47% dos meninos) que fizeram tentativas relevantes foram recusadas. No caso das meninas, os atos de rejeição eram frequentemente acompanhados de insultos sexuais, bem como agressão sexual ameaçada ou real.”

Relatórios sobre implantação do planejamento do planejamento com perspectiva de gênero, Prefeitura de Viena

O que fazer?

- Promover reuniões com a vizinhança do parque ou do local onde o parque será construído para debater seus diferentes usos;
- Sugestões de temas para consultas e reuniões:
 - Quem utiliza/vai utilizar os espaços e serviços, pensando nos recortes de gênero?
 - Todos os públicos-alvo têm acesso às mesmas fontes de informação?
 - Quais grupos sofreriam mais se algum espaço ou serviço não estivesse mais disponível? Quais seriam as consequências disso?

1. Participação

- Realizar reuniões com organizações da sociedade civil que atuem nos locais onde os parques estão ou serão construídos para conhecer suas expectativas e interesses;
- Disponibilizar informação nos canais do poder público e no entorno do parque (ou do futuro parque) sobre as decisões, projetos e etapas de execução das obras do parque e sobre os serviços que estão/estarão disponíveis, garantindo transparência e estimulando a fiscalização cidadã;
- Manter canais de contato abertos à população, como e-mail, telefone, formulários de contato;
- Incentivar a existência de comitês de acompanhamento da implantação do parque compostos de integrantes da sociedade civil.

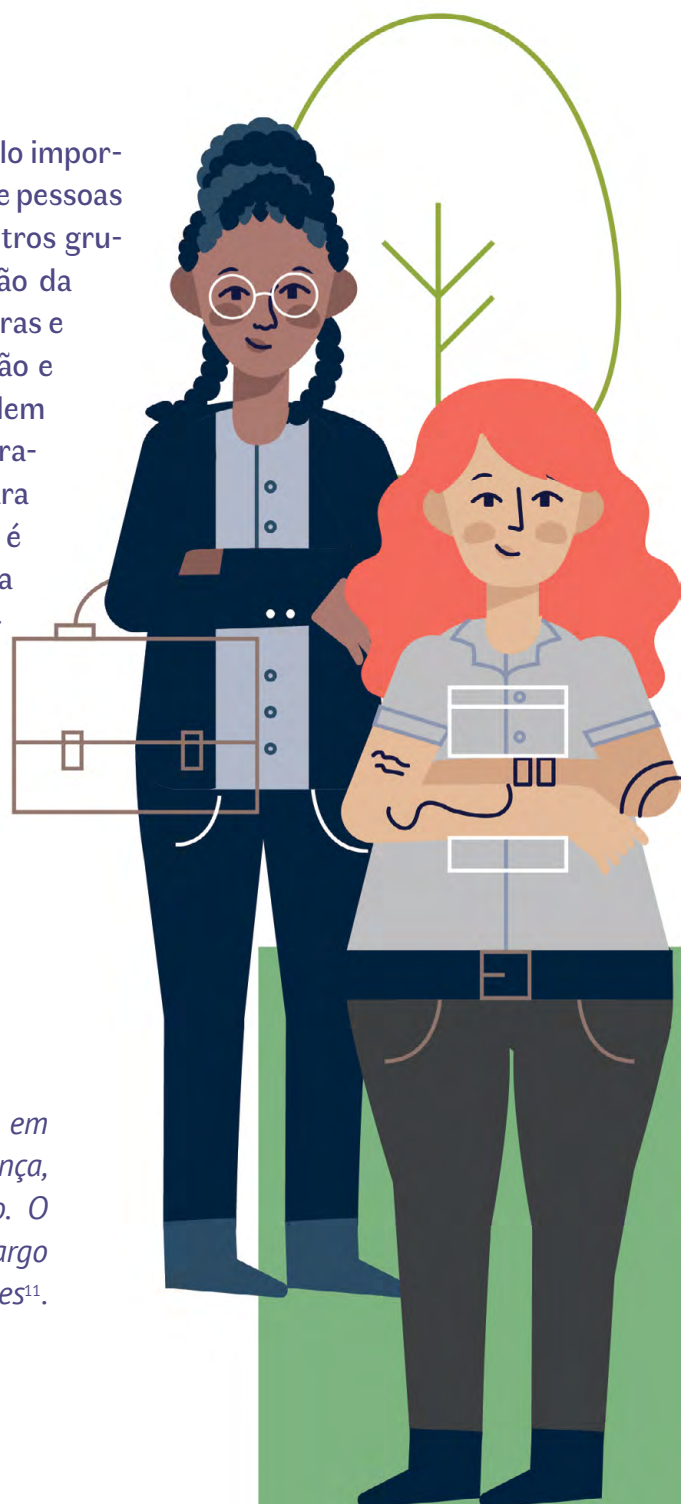
2. Trabalho e Liderança

A construção de uma infraestrutura pode ser um veículo importante para aumentar a empregabilidade de mulheres, de pessoas negras, pessoas com deficiência, pessoas LGBTI+ e outros grupos socialmente excluídos e interromper a reprodução da divisão sexual e racial do trabalho, em que pessoas negras e mulheres assumem os postos com menor remuneração e reconhecimento. É possível elaborar ações que estimulem o primeiro emprego de jovens e promovam a incorporação de pessoas cuja idade avançada é um empecilho para a sua incorporação no mercado de trabalho. Para isso, é preciso que a contratação de mão de obra seja realizada com atenção a essas dinâmicas; além disso, é importante que se estimule que cargos de chefia e gestão sejam ocupados por integrantes dessas populações, diminuindo as desigualdades.

As mulheres brasileiras ganham em média 20,5% menos que os homens em todas as ocupações.

Segundo a pesquisa Panorama Mulher 2019, no Brasil, em média 19% das mulheres estão em posição de liderança, considerando as 532 empresas participantes do estudo. O mesmo levantamento aponta que das 415 empresas com cargo de presidente, apenas 13% deles são ocupados por mulheres¹¹.

¹¹ <http://online.fliphtml5.com/gbcm/bczq/#p=29>.



“

A Agência de Negócios de Viena oferece prêmios adicionais a projetos de pesquisa e tecnologia em pequenas e médias empresas administradas por mulheres ou formadas substancialmente por mulheres. Os comitês de tomada de decisão são formados por homens e mulheres em igual número. Os projetos nos diferentes níveis de financiamento são avaliados quanto às suas características relacionadas ao gênero e na medida em que são integrados ao planejamento.

”

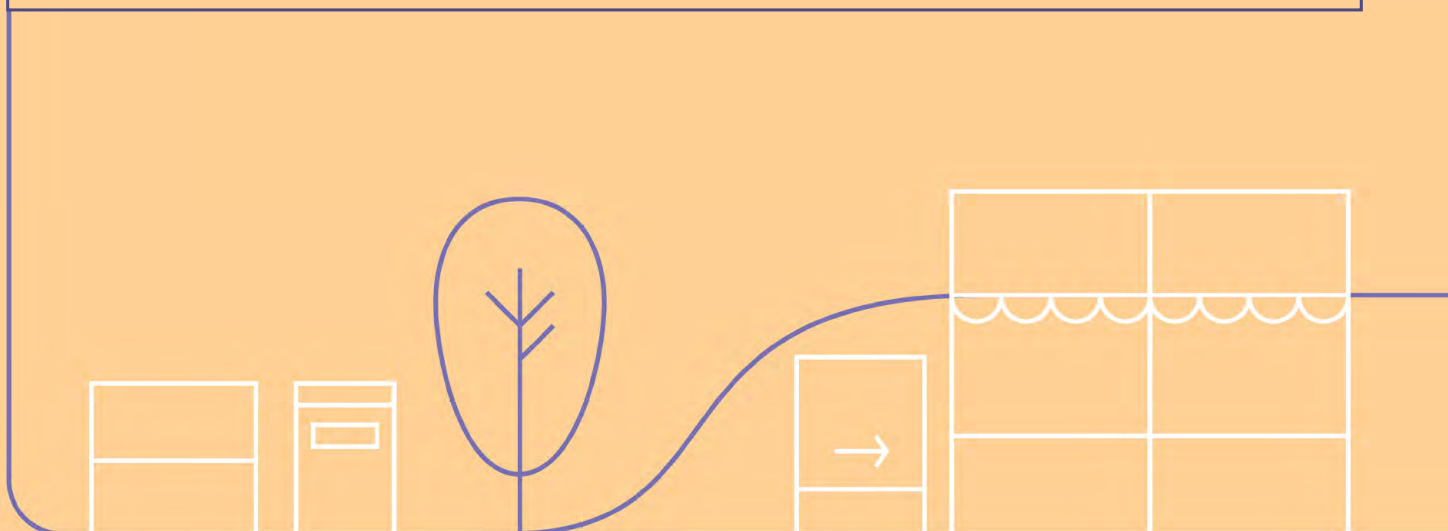
Relatórios sobre implantação do planejamento com perspectiva de gênero, Prefeitura de Viena

O que fazer?

- Fomentar a contratação de empresas que tenham alcançado a paridade de gênero na sua direção e demonstrem ter um corpo técnico diverso;
- Incentivar a candidatura de mulheres, de pessoas negras, pessoas com deficiência, pessoas LGBTI+ e outros grupos socialmente excluídos a possíveis vagas de trabalho e concursos públicos;

2. Trabalho e Liderança

- Promover a paridade de gênero nos cargos de administração do parque;
- Promover a participação de pequenos negócios liderados por mulheres, pessoas negras, pessoas com deficiência, pessoas LGBTI+ em atividades realizadas no espaço do parque, como feiras de artesanato, festivais de comida, etc.



3. Espaços e Equipamentos

Os espaços devem ser planejados no sentido de favorecer a autonomia e a socialização, contribuindo para atender às necessidades de diferentes grupos de pessoas frequentadoras e trabalhadoras do parque. Esses espaços devem ser inclusivos, isto é, devem ser projetados para todas as idades e tipos de pessoas que os utilizarão. É importante construir espaços que comportem uma diversidade de usos, como locais para leitura e prática de esporte, por exemplo, além de acesso gratuito a banheiros e a água potável. Os elementos presentes no espaço devem facilitar o uso, o deslocamento e a participação ativa das pessoas na limpeza: bancos, mesas, cestos de lixo, bicicletários, além da distribuição de locais de sol e sombra.

A integração da perspectiva de gênero analisa cuidadosamente o comportamento e as necessidades da sociedade, reorganiza o espaço e melhora seu uso. O foco aqui não é estético, mas se concentra na otimização de funções.



“São espaços de lazer, jogos e encontros que permitem que as pessoas de uma comunidade vivam, se conheçam e aprendam com a diversidade que cada uma traz para a sociedade.”

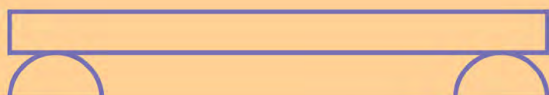
Mulheres Trabalhando: guia de reconhecimento urbano com perspectiva de gênero, Barcelona.

O que fazer?

- Construir parques infantis e quadras que contemplem diferentes idades e comportem diversos usos, por exemplo, sem marcações e estruturas para apenas uma prática esportiva específica, possibilitando usos inesperados, diversos e por todos os gêneros;
- Construir espaços para acompanhantes de crianças com bancos e sombra;
- Prever no projeto equipamentos para estimular rotinas físicas para pessoas idosas;
- Instalar banheiros públicos acessíveis a todas e todos de maneira gratuita, com espaços para trocar fraldas em áreas de fácil localização no parque;

3. Espaços e Equipamentos

- Instalar banheiros de família com estruturas adaptadas para crianças;
- Instalar sistema de coleta de resíduos, considerando os diversos tipos de visitantes (local, ergonomia, altura, as distâncias entre os recipientes, etc.). Garantir a instalação de paraciclos e bicicletários;
- Prever infraestrutura de trabalho, com pontos de água, espaços de armazenamento de pertences, sombra e lixeiras de fácil acesso;
- Prever espaços que permitam a reunião de pequenos grupos de pessoas, como gramados que comportem uma diversidade de usos, como realização de piqueniques.



4. Serviços

O comércio e os serviços são suportes da vida cotidiana e complementam as ações de interação social ligadas ao lazer e ao relaxamento. É necessário potencializá-los e estimular sua oferta integrada aos demais espaços do parque de forma a evitar grandes deslocamentos desnecessários entre as atividades. No caso de haver oferta de serviços pagos, as instalações de alimentação, conveniência, apresentações e afins devem atender públicos de variadas faixas de renda. É possível estabelecer critérios em que a ocupação de parte dos espaços de comércio priorize empreendimentos pequenos e médios administrados por mulheres ou compostos substancialmente delas. A aposta em atividades itinerantes, como feiras, apresentações artísticas e festivais, além de atrair público, pode oportunizar fontes de renda a grupos diversos.

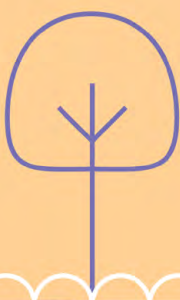




O que fazer?

4. Serviços

- Incentivar a variedade de preços nos serviços cobrados no parque de forma que atendam faixas diversas de renda de acordo com a realidade local. Essa informação deve constar nos instrumentos contratuais que regem a ocupação desses espaços;
- Estabelecer critérios de ocupação de espaços comerciais que incentivam empreendimentos de pequeno e médio porte administrados por mulheres ou compostos substancialmente delas, estimulando seu empoderamento econômico e movimentando a economia local;
- Assegurar infraestrutura de suporte para empreendimentos de pequeno e médio porte, de modo a facilitar o deslocamento e armazenamento de mercadorias e equipamentos.



5. Linguagem e Representação Simbólica

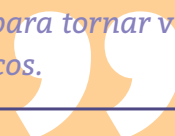
Os textos de campanhas, orientações, formulários, documentos, listas telefônicas, textos na intranet e na internet, publicidade de eventos, folders, pôsteres devem estar atentos a um uso não sexista da linguagem, tornando visível a diversidade de pessoas que compõem a sociedade. Exemplo: em vez de usar apenas cidadãos, substituir por cidadania ou cidadãs e cidadãos.

A representação simbólica deve promover o reconhecimento da memória de comunidades tornadas invisíveis, como mulheres, pessoas negras, pessoas com deficiência, pessoas LGBTI+. Os sinais dos espaços públicos, equipamentos e serviços devem representar sujeitos diversos em igualdade de condições.





É importante tornar visíveis no espaço público as contribuições das mulheres para a sociedade: um dos mecanismos mais imediatos é nomeá-las no feminino, ou seja, dar nomes aos parques, praças e ruas das mulheres e explicar qual tem sido sua contribuição para a comunidade. Além disso, é necessário trabalhar na sinalização urbana para tornar visível a igualdade de homens e mulheres no direito à cidade e aos espaços públicos.



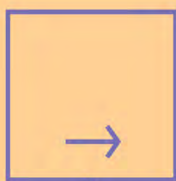
Mulheres Trabalhando: guia de reconhecimento urbano com perspectiva de gênero, Barcelona.

O que fazer?

- Realizar formações periódicas com equipes responsáveis pela comunicação e com os órgãos da administração envolvidos na construção e administração do parque.
- Garantir que as iconografias empregadas para orientar a localização dos espaços abarquem representações diversas femininas e masculinas, com diferentes características étnico-raciais e que reflitam a diversidade do município;

5. Linguagem e Representação Simbólica

- Reservar espaços para a afixação de campanhas contra a discriminação e violência contra a mulher, LGBTI+, pessoas negras, entre outras ações;
- Nomear logradouros e praças garantindo a diversidade de pessoas homenageadas, e disponibilizando, no referido espaço público, informações sobre a sua biografia.



Semáforos celebram a diversidade

MADRI, ESPANHA

Para ilustrar a Dimensão 5, apresenta-se a seguir o caso da sinalização de Madri, na Espanha, onde os semáforos da cidade foram modificados com o intuito de garantir a representatividade de diferentes grupos de pessoas.

Em 2017, a prefeitura de Madri, na Espanha, realizou uma transformação permanente na sinalização da cidade por ocasião do WorldPride (festival mundial do orgulho LGBTQ), evento mundial de divulgação da luta por igualdade dos grupos LGBTI+: os semáforos de pedestres com desenhos inclusivos. A administração considerou que as ilustrações nos sinais precisavam de mais representatividade, por isso 72 cruzamentos espalhados pela cidade tiveram as lentes modificadas. Algumas das figuras tradicionais que mostravam um homem foram trocadas por versões com casais formados por dois homens e duas mulheres.

Há também versões com casais heterossexuais e outras só com uma mulher, representando a igualdade em relação ao tradicional homem sozinho. “Essas luzes, que estão projetadas para cuidar das pessoas, tinham que refletir a diversidade da cidade”, declarou Manuela Carmena, prefeita da cidade na ocasião.

Outras cidades europeias, como Londres e Viena, também já adotaram medidas semelhantes recentemente. Além da mudança nas luzes de Madri, existe um projeto da Federação Espanhola de Coletivos LGBTQI+ para instalar faixas de pedestres com as cores do arco-íris, famoso símbolo da luta de gays, lésbicas e transexuais.



Em Madri, há 72 semáforos inclusivos com casais formados por dois homens ou duas mulheres, casais heterossexuais e outros com uma mulher sozinha.

FOTO PEDRO SILVA

FONTE **Jornal El Mundo**
<https://www.elmundo.es/madrid/2017/06/05/59344cee268e3e765f8b45a5.html>.

6. Mobilidade

“Se você quer fazer algo para mulheres, faça algo para pedestres.”

Eva Kail

Especialista em planejamento com perspectiva de gênero em Viena

É importante possibilitar a máxima variedade de modos de mobilidade, privilegiando a **mobilidade ativa**. A integração com o transporte público deve possibilitar o acesso às diversas regiões da cidade em igualdade de oportunidades. Deve-se conceber a mobilidade no sentido de atender à diversidade e à segurança em todos os aspectos. Embora as demandas do transporte privado devam ser atendidas, é preciso lembrar, por exemplo, que as mulheres usam mais o transporte público e são menos frequentemente proprietárias de transporte privado. Além disso, a mobilidade ativa contribui para a produção de entornos mais seguros.

Também é importante considerar que, por conciliarem com mais frequência as tarefas de cuidado e atividades profissionais, as mulheres realizam deslocamentos com inúmeras paradas. Em geral, suas rotas incluem deslocamento a pé ou em transporte público para escolas, unidades de saúde, supermercados e locais de trabalho, tanto em horários de pico quanto em outros momentos do dia. Muitas vezes, elas transitam ou esperam em lugares inseguros, correndo riscos de violência e assédio. A mobilidade ativa, planejada para contemplar diferentes necessidades, contribui para a produção de entornos mais seguros e permite o desempenho de múltiplos papéis sociais (UNWOMEN, 2016).



“As mulheres (28%) usam mais os ônibus do que os homens (19%) para deslocamentos diários. Elas também andam mais a pé do que eles: 26% dos pedestres são mulheres, ante 17% de homens. Quando o meio de transporte é a bicicleta, a proporção se inverte: 9% dos homens optam por pedalar no dia a dia, ante 4% de ciclistas mulheres. O mesmo ocorre em relação à motocicleta (13% homens e 7% mulheres) e ao carro (23% homens e 16% mulheres).”

Pesquisa nacional encomendada pela Confederação Nacional da Indústria, 2015.

O que fazer?

- Construir calçadas com larguras mínimas que permitam a passagem simultânea de pedestres, cadeiras de rodas e pessoas com carrinhos de bebê ou de compras. Implantar rampas de acesso, bancos e assentos ao longo do caminho;
- Promover a integração do parque com estações de transporte coletivo, como ônibus e metrô, com paradas mais amplas que assegurem possibilidades de ver e ser vista, e com iluminação no entorno;
- Manter bicicletário seguro e iluminado e paraciclos ao longo dos caminhos;
- Instalar sinalização para todas as rotas de acesso, equipamentos e serviços;

6. Mobilidade

- Inserir barreiras ou sistemas de controle que impeçam a invasão de áreas de pedestres por carros e motocicletas; Atentar para que os móveis e elementos urbanos (suportes de árvores, iluminação, caixas etc.) não estejam localizados de maneira a dificultar a passagem de pedestres;
- Disponibilizar informação visível e fácil de entender para todas as pessoas sobre as linhas, horários e frequências do transporte público.



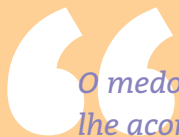
7. Segurança

A percepção de segurança está ligada à capacidade das pessoas de se apropriarem do espaço, sentindo-se livres para se locomoverem e ocuparem o ambiente dos parques urbanos. Entre os fatores espaciais que contribuem para a percepção de segurança estão visibilidade (ver e estar visível), clareza e rotas alternativas, eliminação de pontos cegos e mal-iluminados (zonas de ansiedade), variedade de usos e presença de diversas pessoas. A passagem ou permanência em um espaço dependerá das sensações que ele provoca, sejam elas agradáveis ou desagradáveis.

Nesse sentido, um espaço pode se tornar pouco atrativo para determinadas pessoas ou grupos devido à percepção negativa ou insegurança que gera. A contribuição para a segurança depende do patrulhamento preventivo, com a atuação de agentes devidamente qualificados para prevenir e sanar atitudes de discriminação, criminalidade e violência contra determinados grupos. Isso significa que as pessoas responsáveis pela segurança e patrulhamento devem estar alinhadas às diretrizes de gênero e diversidade do espaço em que atuam.

Para isso, sugere-se que as equipes de segurança passem por uma formação para não atuar reproduzindo estereótipos sociais, como: estereótipos que relacionam a população negra e pessoas trans à criminalidade, que relativizam e põem em dúvida relatos de violência feitos por mulheres, população LGBTI+ e pessoas negras, que naturalizam a **violência de gênero** na sociedade, entre outros.





O medo que as mulheres sentem no espaço público é difuso e difícil de definir. E nada precisa lhe acontecer diretamente para que você sinta medo. Se você souber que algo aconteceu com uma mulher em uma rota, uma praça ou um ponto de ônibus, você já vai evitá-lo.



Paula Soto, professora da Universidade Autônoma do México.

O que fazer?

- Instalar tecnologia de iluminação eficiente que garanta que as necessidades de todas e todos sejam atendidas, principalmente as das pessoas não motorizadas. A iluminação pública com igualdade de gênero significa ampliar a iluminação, indo além das faixas de tráfego e incluindo trilhas e calçadas do parque e do entorno;
- Cuidar para que as rotas para pedestres sejam suficientemente iluminadas à noite;
- Garantir a manutenção periódica das áreas verdes, evitando que o crescimento da vegetação crie pontos cegos e áreas inseguras;
- Evitar que os elementos do mobiliário urbano impeçam o controle visual do espaço, permitindo ver e estar visível;
- Promover diferentes usos do parque que favoreçam atividades contínuas, de modo que o controle e a segurança do espaço sejam garantidos pela presença de pessoas atraídas pelas atividades durante todas as horas do dia e da noite;

7. Segurança

- Mapear lotes vazios, áreas abandonadas e outros locais que possam ser fonte de insegurança no entorno do parque;
- Incluir o debate sobre gênero e diversidade na formação da equipe responsável pelo patrulhamento do parque, conscientizando sobre o direito de ir e vir e ao lazer para todos e todas;
- Incentivar que as equipes responsáveis pelo patrulhamento sejam formadas por diferentes tipos de pessoas (incluindo homens, mulheres, pessoas brancas e negras, pessoas de diferentes orientações sexuais);
- Criar ouvidorias e centros de acolhimento de usuárias e usuários com profissionais capazes de acolher e dar orientação em casos de violência de gênero.

Experiência

Cidades Seguras para as Mulheres

ROSÁRIO, ARGENTINA

Com o intuito de reverter o sentimento de insegurança das mulheres, em 2006, o Governo Municipal da Cidade de Rosário, na Argentina, implantou o Programa Cidades Seguras: Violência contra as Mulheres e Políticas Públicas. Por meio de uma parceria entre o governo municipal, a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional, diversas ações foram colocadas em prática, envolvendo toda a comunidade. As ações visavam a aumentar o respeito, a segurança e a autonomia das mulheres.

Entre as inúmeras ações realizadas desde o início do programa, destaca-se a inclusão do tema “violência de gênero” na agenda pública, nas políticas de segurança local e no Orçamento Participativo da Cidade.

Além disso, foram criadas e regulamentadas as seguintes leis: Lei de Proteção Integral às mulheres, Lei Municipal de Proteção Integral para Prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência contra as mulheres e o Decreto 2.621/2008, que dispõe sobre a guarda civil metropolitana e sua atuação em caso de violência contra a mulher (Protocolo de Atuação da Guarda Urbana Municipal).



Em Rosário, a prefeitura trabalha para reverter o sentimento de insegurança das mulheres.

FOTO ROSARIO.GOB.AR

EXEMPLOS DE INICIATIVAS ADOTADAS NA CIDADE DE ROSÁRIO, ARGENTINA

O “Programa Cidades sem Violência contra as Mulheres, Cidades Seguras para Todos”, realizado em 2004, é o precursor do atual programa “Cidades Seguras: Violência contra as Mulheres e Políticas Públicas”, que teve início em 2006;

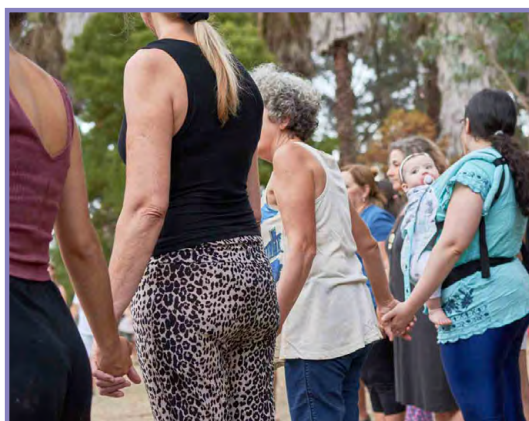
Grupos de mulheres foram organizados para identificar os locais mais inseguros na cidade;

Além da formação dos grupos de identificação, outros grupos de trabalho se formaram para elaborar, conjuntamente, propostas de inclusão e proteção às mulheres, para que estas passassem a ocupar e desfrutar os espaços urbanos;

A cidade de Rosário está sendo reconhecida internacionalmente por seus esforços de introduzir o enfoque de gênero nas políticas locais, desenvolvendo um modelo de intervenção social e territorial sistematizada e avaliada, com a possibilidade de ser replicado em outras áreas da cidade e em outros municípios. Isso foi possível graças à inserção do tema “violência de gênero” na agenda pública, nas políticas de segurança local e nas políticas públicas em geral, além da inclusão do tema no Orçamento Participativo da Cidade.

São realizadas diversas atividades para a ocupação dos espaços, além de campanhas de sensibilização por toda a cidade e em diferentes meios de comunicação, oficinas de capacitação, seminários e conferências;

As atividades são organizadas pelo Instituto Municipal da Mulher, um órgão da Prefeitura Municipal de Rosário. O Instituto se articula com diversas outras redes nacionais e internacionais, que tratam dessa temática, para o engajamento e desenvolvimento das ações.



A organização de grupos de mulheres contribui para que elas ocupem e desfrutem dos espaços urbanos.

FOTO ROSARIO.GOB.AR

FONTE Cidades Sustentáveis — Boas Práticas. <https://www.cidadessustentaveis.org.br/boaspraticas/detalhes/239>.

8. Avaliação

O poder público precisa construir canais e ferramentas para ouvir as impressões da população em sua diversidade, visando corrigir e aprimorar a gestão e a construção dos espaços. As pesquisas com usuários e usuárias, pesquisas de uso público e afins podem ser importantes fontes de dados para aferir o perfil dos frequentadores e das frequentadoras, o que se torna uma ferramenta potente de avaliação e aprimoramento da diversidade e da inclusão. Identificar usuárias e usuários de serviços públicos e suas diferentes expectativas aumenta as chances de que a administração realmente aborde as preocupações das pessoas. Isso permite conciliar serviços e projetos públicos com as necessidades da cidadania, enquanto aumenta a precisão do planejamento, a qualidade e o sucesso dos serviços.



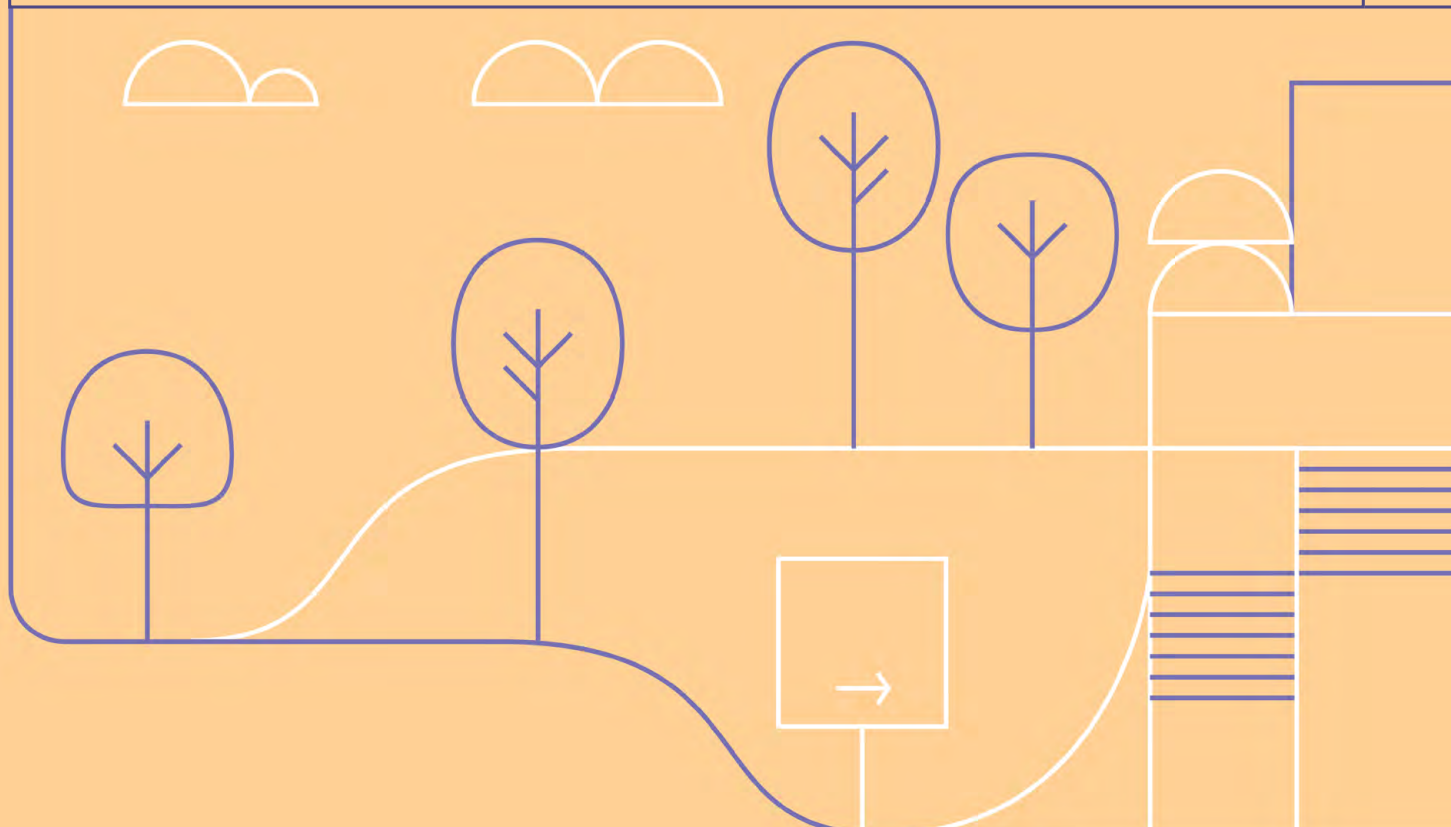
O que fazer?

- Coletar e analisar informações sobre a **identidade de gênero** e o pertencimento étnico-racial das pessoas que frequentam o parque, de forma a traçar o perfil da audiência do parque e identificar possíveis questões-problemas (exemplo: apenas 10% das frequentadoras são mulheres);
- Incluir como critério para a contratação de empresas de pesquisa sua expertise em trabalhar com a categoria gênero étnico-racial e fornecer dados desagregados por gênero e raça;

8. Avaliação

- Realizar avaliação periódica das informações e reclamações encaminhadas pela audiência do parque nos canais eletrônicos ou presenciais reservados para sugestões;
- Promover reuniões com as pessoas que frequentam o parque para produzir avaliações coletivas sobre as instalações e serviços deste.¹²

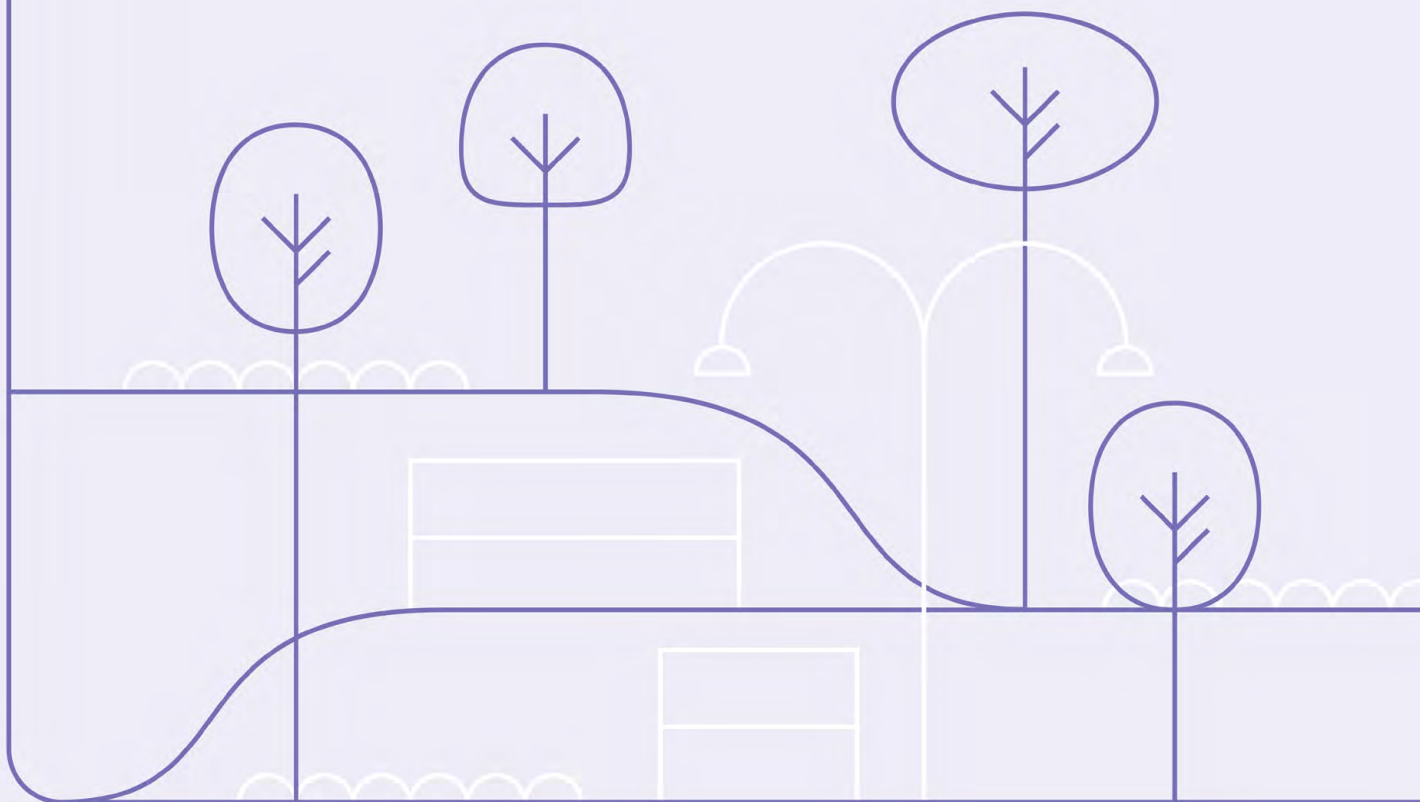
¹² Há *insights* muito interessantes sobre mecanismos de avaliação dos espaços urbanos com perspectiva de gênero no material: *Espacios para la vida cotidiana. Auditoría de Calidad Urbana con perspectiva de Género.*



Recomendações para parcerias com a iniciativa privada

INCLUSÃO DA PERSPECTIVA DE
GÊNERO NA ESTRUTURAÇÃO DE
PARCERIAS COM A INICIATIVA PRIVADA
PARA A IMPLEMENTAÇÃO E/OU
GESTÃO DE PARQUES





Nos últimos anos, tem crescido a quantidade de governos que se interessam pelo estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada para a implementação e/ou gestão de seus parques. Levantamento do Instituto Semeia aponta que, até outubro de 2019, existiam mais de 90 parques com estudos deste tipo de aliança, sendo que 38 são parques urbanos¹³. O aumento do número dessas iniciativas cria oportunidade para o debate sobre como tornar esses espaços públicos mais inclusivos.

Para uma melhor compreensão de como esse tema pode ser abordado na estruturação de parcerias, apresentamos, em linhas gerais, o que são parcerias com a iniciativa privada, como elas são estruturadas e quais são as possíveis oportunidades que gestores e gestoras públicos e demais participantes formulação desses processos têm de promover ações para inclusão da perspectiva de gênero. Apresentamos ainda o histórico da temática de gênero e alguns dos resultados alcançados

no âmbito do projeto de concessão do Trecho 2 do Parque Urbano da Orla do Guaíba, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

A inclusão da perspectiva de gênero na estruturação desse tipo de parceria é inovadora, por isso essa seção não será exaustiva. É provável que existam outras oportunidades ainda não identificadas ao longo deste documento, portanto é importante que aqueles envolvidos em projetos semelhantes estejam atentos a elas. No futuro, novas sistematizações permitirão que esse debate seja enriquecido e que as parcerias com a iniciativa privada sejam veículos para ampliar a igualdade de gênero nos espaços públicos.

¹³ Fonte: Instituto Semeia. Dados de Outubro de 2019.

PARCERIAS COM A INICIATIVA PRIVADA

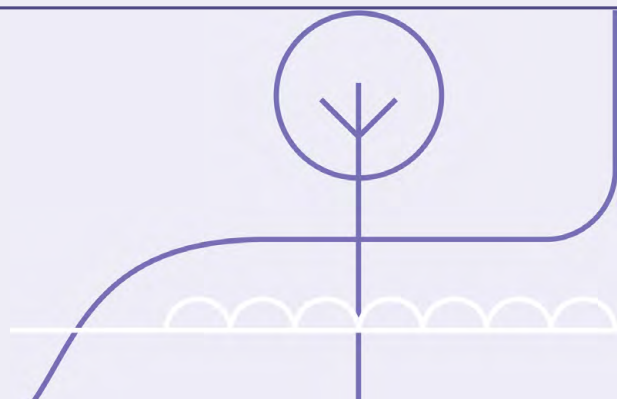
As parcerias com a iniciativa privada são modelos pelos quais o Poder Público e particulares conjugam esforços para alcançarem objetivos em comum. Em geral, o governo as utiliza para oferecer um melhor serviço público à população e, para isso, transfere a um privado a responsabilidade de construir, reformar e/ou administrar um equipamento público por um período determinado, submetendo o particular a um contrato que determina, entre outras regras de convivência, as políticas públicas a serem executadas.

No Brasil, existem diversos modelos jurídicos para o estabelecimento dessas parcerias. Há os contratos de longo prazo, nos quais se delega a realização de vultosos investimentos aliada ao desenvolvimento de determinados serviços de interesse público (Concessões quando não há a transferência de recursos públicos para o privado, e Parcerias Público-Privadas — PPPs — quando há). Existem também aqueles que, em geral,

estão mais focados na operação e necessitam de pouco ou nenhum investimento, com duração mais curta (como é o caso das parcerias com Organizações Sociais, os Termos de Parceria, os Acordos de Cooperação, entre outros).

Inúmeros parques urbanos têm sido objeto de parcerias com a iniciativa privada no Brasil. Cidades de diferentes tamanhos têm utilizado desses instrumentos para implementar melhorias em seus espaços públicos. Por exemplo, desde 2012, Curitiba, no Paraná, tem a concessão do Parque das Pedreiras e São José dos Campos mantém uma parceria com uma organização social para a gestão do Parque Vicentina Aranha. Há também diversos parques icônicos cujas parcerias estão sendo estruturadas, como o Trecho 2 do Parque Urbano da Orla do Guaíba, em estudo pela Prefeitura de Porto Alegre, e o Parque Ibirapuera, símbolo da cidade de São Paulo e pelo qual passam 14 milhões de pessoas por ano.

OPORTUNIDADES



No ciclo de vida de um projeto de parceria em parques surgem oportunidades em diferentes momentos de se inserir a temática da inclusão de gênero. Em geral, projetos desse tipo podem ser divididos em quatro grandes etapas.

Para cada uma, abaixo é apresentado de forma breve do que ela trata, seguido de exemplos de oportunidades que podem ser aproveitadas para a inserção dessa temática.



1. Pré-avaliação



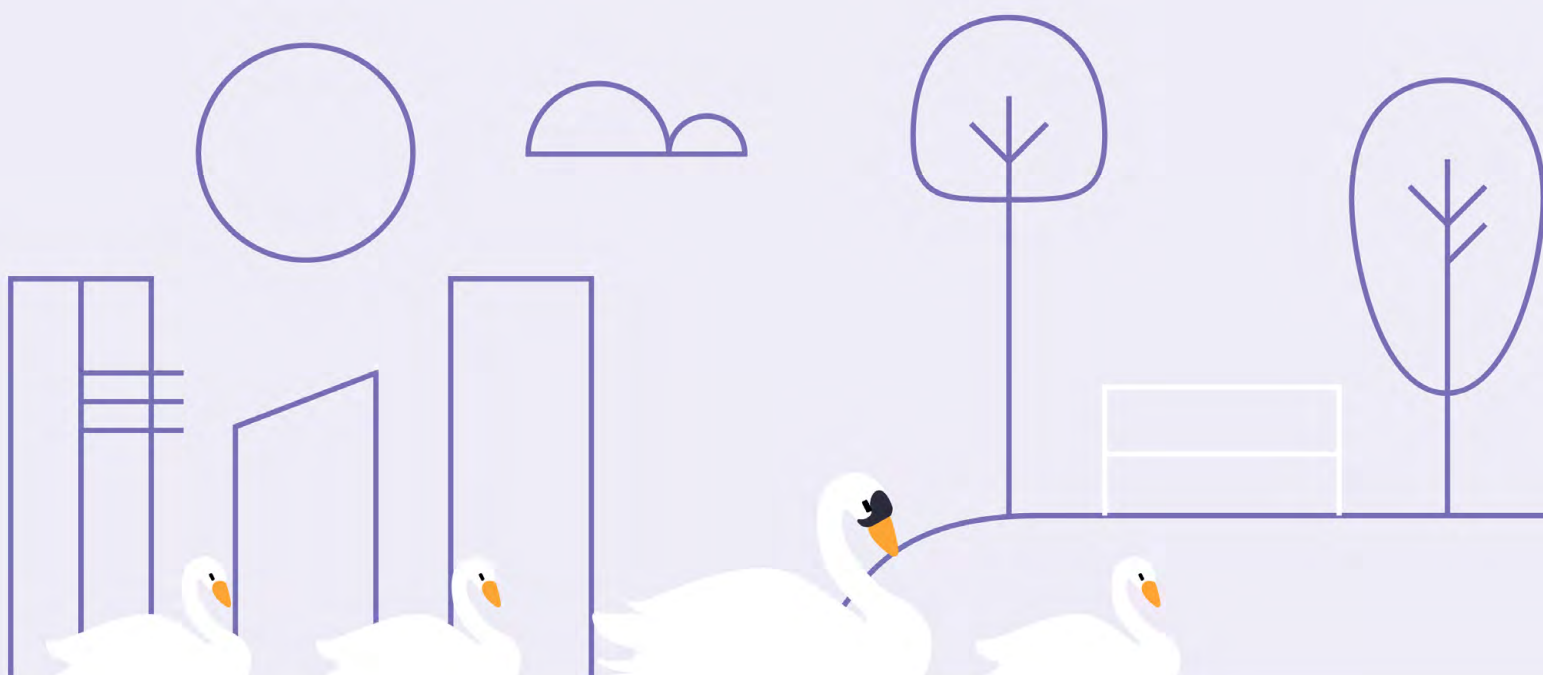
2. Estruturação



3. Licitação



4. Gestão Contratual



1. Pré-avaliação

Na primeira etapa, a Pré-avaliação, é realizado um diagnóstico inicial dos limites técnicos e regulatórios da iniciativa a ser viabilizada. Com isso, deseja-se entender de forma preliminar a viabilidade do projeto antes de se investirem mais recursos nele.

Os principais tipos de oportunidade aqui presentes estão relacionados à sensibilização dos integrantes do grupo de trabalho que será responsável pela estruturação do projeto e à realização de um mapeamento inicial de ativas, ONGs e outros agentes que atuam nessa temática na região do parque.



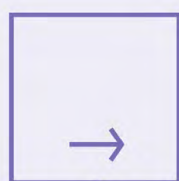


O que fazer?

- Realizar oficinas e reuniões com integrantes do grupo de trabalho da estruturação de projetos para sensibilizá-los em relação à importância da temática de gênero;
- Mapear as principais partes interessadas (ativistas, ONGs e outras) que atuam nessa temática na região do parque objeto da parceria;

1. Pré-avaliação

- Garantir que na equipe responsável pela análise prévia exista representatividade e paridade de gênero entre integrantes.



2. Estruturação

Na segunda etapa, a Estruturação, são elaborados estudos técnicos, jurídicos e econômicos que permitirão ao Poder Público definir as diretrizes e políticas públicas envolvidas nas atividades do futuro parceiro. Nesse momento, também são elaborados os documentos que irão reger sua atuação.

Essa etapa é a que apresenta mais possibilidades para inserção da temática de gênero, tanto por ser aquela na qual o projeto de parceria é de fato estruturado quanto por ser nela que são determinadas as obrigações e as regras do relacionamento com o parceiro privado.



O que fazer?

- Realizar encontros com pessoas comprometidas com a temática de gênero, raça, etnia e direitos das crianças e de pessoas idosas que foram mapeadas, para colher suas impressões e sugestões sobre como o parque pode melhorar no tocante à temática da inclusão de gênero;
- Realizar discussões, oficinas ou outros encontros periódicos com o grupo de trabalho para sensibilizá-lo sobre as questões de gênero;
- Buscar parques ou outros espaços públicos que sejam referência na temática de inclusão de gênero para identificar boas práticas que possam ser incorporadas no projeto;
- Prever a realização de estudos relacionados à temática de gênero. Caso seja contratada uma consultoria para realizar os estudos que servirão de base para a estruturação do projeto, prever que ela realize estudos relacionados à temática de gênero;

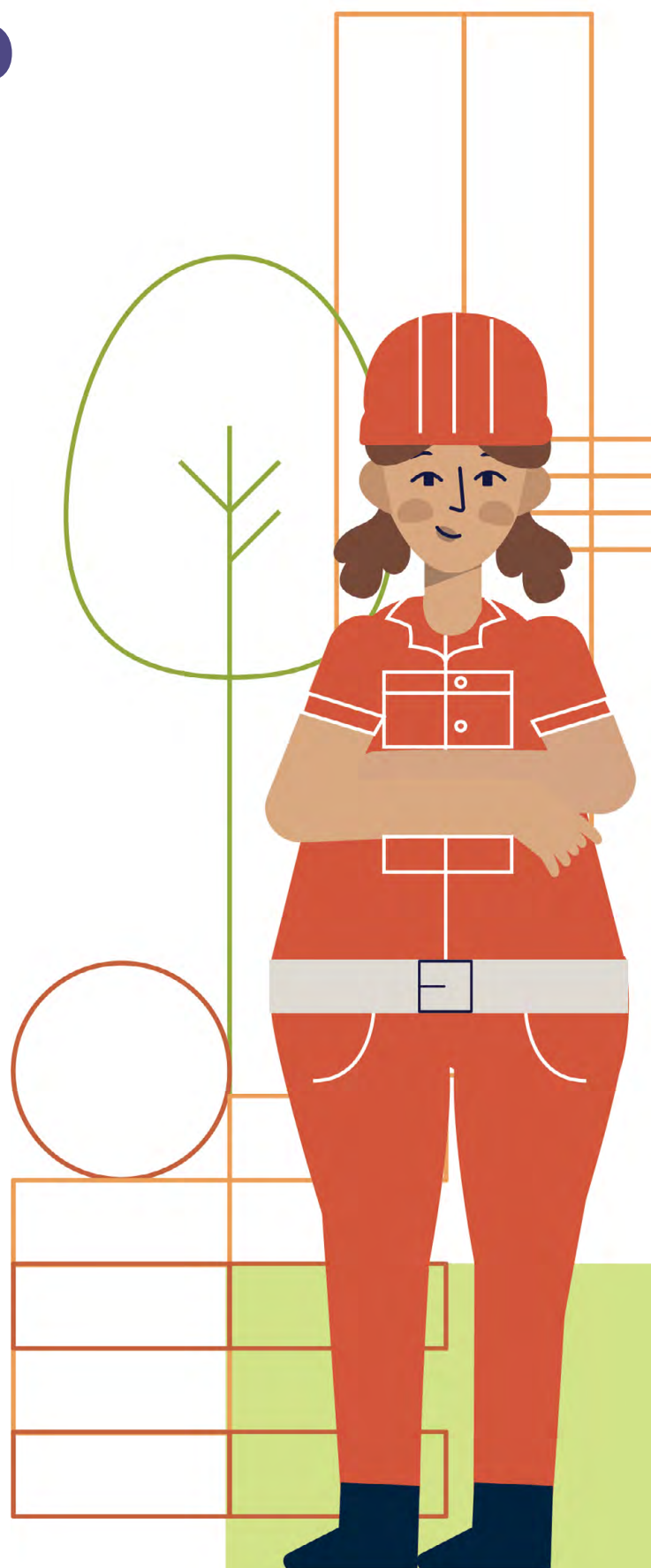
2. Estruturação

- Nas obrigações que serão assumidas pelo parceiro privado:
 - Desenvolver uma política de inclusão de gênero que considere aspectos relacionados aos usos do parque, suas infraestruturas, relacionamento com as pessoas que usam o parque, entre outros;
 - Realizar formações periódicas sobre o tema com as equipes, em especial com aquelas que atuam diretamente com o público;
 - Realizar pesquisas periódicas com as pessoas que frequentam o parque para identificar possíveis problemas relacionados às questões de gênero e atuar sobre os pontos identificados;
 - Promover eventos e campanhas que sensibilizem em relação à temática de gênero e outras temáticas de combate à discriminação;
 - Não utilizar linguagem sexista em suas comunicações com o público.
- Avaliar a inserção de indicadores relacionados à temática de gênero no sistema de mensuração do desempenho do parceiro privado.

3. Licitação

Na etapa de Licitação é feita a escolha de quem irá executar o objeto da parceria. Ela se inicia com os procedimentos de consulta e audiência pública, seguidos pela publicação do edital final, e termina com a assinatura do contrato de parceria.

Nessa etapa, as oportunidades estão relacionadas à participação nos procedimentos de consulta e à análise crítica e incorporação de sugestões nos documentos finais.



O que fazer?

→ Promover a participação de grupos ligados à temática de gênero na consulta e na audiência pública, para que possam dar suas impressões sobre os documentos disponibilizados e sugestões sobre como melhorá-los;

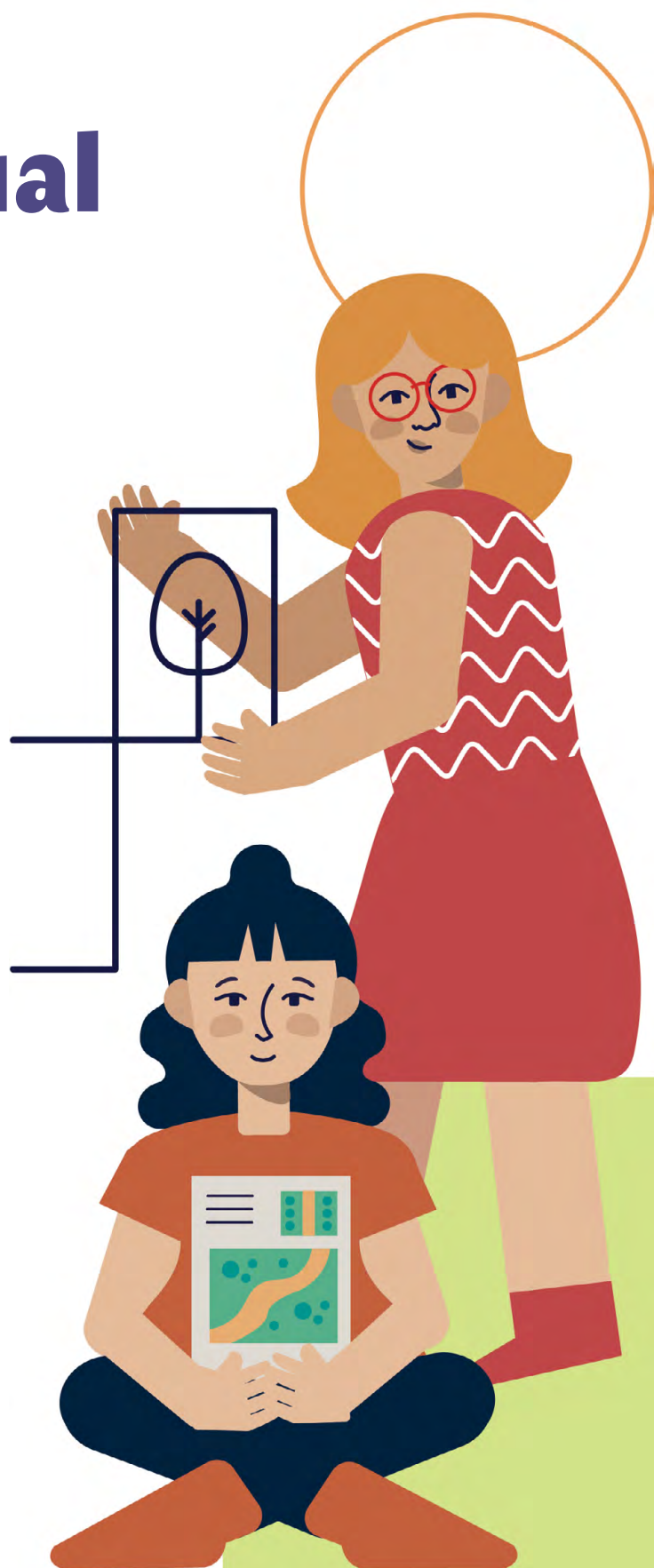
3. Licitação

→ Realizar análise crítica das sugestões recebidas relacionadas à inclusão de gênero, para definir aquelas que podem ser incorporadas aos documentos finais.

4. Gestão Contratual

Por fim, a etapa de Gestão Contratual é aquela na qual são implementadas as intervenções previstas no projeto, como reformas ou novas instalações, bem como a execução dos serviços previstos em contrato. Portanto, tende também a ser a etapa de maior duração.

Durante essa etapa, as oportunidades estão relacionadas ao acompanhamento da execução do que foi pactuado.



O que fazer?

- Fiscalizar o cumprimento das obrigações relacionadas à inclusão de gênero assumidas pelo parceiro privado;
- Realizar encontros periódicos com partes interessadas relacionadas à temática de gênero que atuam na área do parque para colher suas impressões sobre esse tópico;

4. Gestão contratual

- Caso exista algum comitê da sociedade civil envolvido no acompanhamento da parceria, garantir que exista **equidade de gênero**.

Experiência

Perspectiva de gênero no projeto de concessão do Trecho 2 do Parque da Orla do Guaíba

PORTO ALEGRE, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

De abril de 2018 a novembro de 2019, a Prefeitura de Porto Alegre, em parceria com o UNOPS (Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos) e com o apoio técnico do Instituto Semeia, conduziu os trabalhos de estruturação da concessão do Parque Urbano da Orla do Guaíba. O presente trabalho teve como prioridade o Trecho 2, que tem 134.450 m² e 850 m de extensão e é contíguo ao Trecho 1, aberto em 2018, que recebe, em média, 50 mil visitantes por final de semana, com recorde de 150 mil pessoas.

Um dos temas tratados na estruturação dessa parceria foi a inclusão de gênero no Parque, algo ainda incomum em projetos dessa natureza. Embora ainda sejam necessários grandes avanços para que os parques públicos sejam mais inclusivos, esse projeto contribuiu ao dar um importante passo para que essa temática possa ser mais desenvolvida em outros projetos.



Trecho 1 do Parque da Orla do Guaíba, em Porto Alegre foi inaugurado em 2018 e recebe, em média, 50 mil visitantes por final de semana.

FOTO JEFFERSON BERNARDES/PMPA

BREVE HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DA PERSPECTIVA DE GÊNERO NO PROJETO

Entre maio e novembro de 2019, o UNOPS e a Prefeitura de Porto Alegre elaboraram diretrizes para a incorporação de gênero e diversidade no projeto para implantação e operação do Trecho 2 do Parque Urbano da Orla do Guaíba. Este trabalho foi desenvolvido por uma especialista em gênero, contratada pelo UNOPS no âmbito do projeto de cooperação técnica que apoiou a estruturação de um modelo de parceria entre o poder público e o setor privado (concessão) deste espaço.

A metodologia desenvolvida para o trabalho combinou: uma revisão bibliográfica das interlocuções entre gênero, espaço urbano e infraestrutura; a realização de trabalho de campo no trecho implantado do Parque Urbano da Orla do Guaíba; e a execução de reuniões com secretarias da prefeitura e com coletivos, ONGs e ativistas que atuam nos temas de gênero e de diversidade.

A revisão bibliográfica teve como objetivo entender o estado da arte da discussão de gênero e espaço urbano e os principais desafios para essa interlocução em nível internacional e no país. A realização dessa etapa buscou estabelecer os pontos de partida e os fundamentos para o debate. Embora haja um número considerável de documentos consultados, foi possível evidenciar a carência de materiais sobre a implantação de infraestrutura urbana e gê-

nero no Brasil e demais países da América Latina, e poucos documentos tinham parques como foco.

O trabalho de campo foi realizado no Trecho 1 do Parque Urbano da Orla do Guaíba, que está em funcionamento e conta com grande fluxo de pessoas. Ao longo do trabalho de campo, a especialista caminhou pelo parque e conversou com visitantes e pessoas que trabalhavam no local. Ela se orientou por um guia para o trabalho de campo, previamente elaborado, que contava com perguntas sobre os usos do parque, baseados nos eixos que figuram neste material. As impressões foram registradas em um caderno de campo. Foram feitos registros fotográficos da visita para auxiliar na sistematização das impressões.

Já as reuniões com as secretarias tinham como objetivo compreender: 1) Como as secretarias entendiam as dimensões de gênero e diversidade; 2) Quais ações eram desenvolvidas nesse sentido; e 3) Quais desafios era preciso enfrentar para a implantação de um parque diverso e inclusivo. Invariavelmente o debate suscitou perguntas mais específicas relacionadas à área de atuação de cada secretaria e a suas relações com o Parque. As reuniões envolveram as Secretarias de Parcerias Estratégicas (SMPE), de Meio Ambiente e da Sustentabilidade (SMAM), a Diretoria-Geral de Direitos Humanos (DGDH),

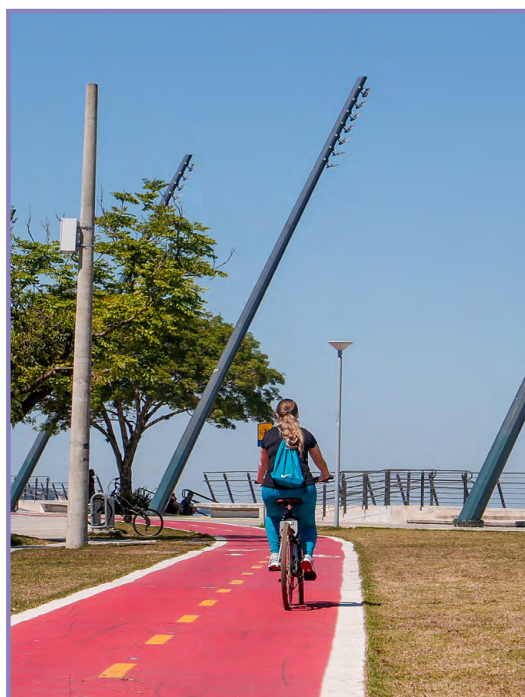
além de representantes da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) e da Guarda Municipal.

As reuniões com as secretarias possibilitaram à especialista um melhor entendimento do funcionamento interno da prefeitura e dos órgãos municipais. A Secretaria de Parcerias Estratégicas (SMPE) é órgão responsável pelo desenvolvimento de parcerias e apoiou a estruturação da parceria para implementação e gestão do Parque. Nesse sentido, obtivemos nas reuniões as atualizações em relação ao projeto. A SMPE participou de todas as reuniões com as secretarias. Com a Secretaria de Meio Ambiente e da Sustentabilidade (SMAM) discutimos a manutenção dos espaços e da vegetação. A partir desse debate destacamos a importância da oferta ampla de banheiros públicos e banheiros adaptados para crianças, e da organização dos acessos às quadras, para garantir que grupos de meninas e meninos de idades diversas possam fazer uso desses espaços, além da realização de podas periódicas na vegetação, para que não se tornem um obstáculo à visibilidade e à mobilidade.

A partir do debate com a Diretoria-Geral de Direitos Humanos (DGDH), pudemos mapear informações importantes a respeito da garantia da diversidade no parque: a demanda encaminhada por indígenas de realizarem a exposição e comercialização de seus artesanatos, o interesse do público LGBTI+ em que haja estabelecimentos comerciais que afirmem a diversidade e que sirvam como pontos de encontro, a neces-

sidade de atenção para que a abordagem policial com os jovens negros atente para os direitos humanos e o reforço na iluminação das rotas de chegada e saída do parque.

A reunião com a Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) teve como ponto principal a importância de priorizar a mobilidade ativa e a implantação de bicicletários para o armazenamento seguro de bicicletas. Também foi possível conhecer as linhas de ônibus que chegam ao parque e os problemas relativos ao trânsito na área. A Guarda Municipal explicou como funcionam seus protocolos de atuação, demonstrando interesse em aprofundar debates e informações sobre a questão de gênero.



Mulheres são mais usuárias de sistemas de mobilidade ativos.

FOTO JEFFERSON BERNARDES/PMPA



O Parque permite usos diversos, como prática de esportes, contemplação, contato com a natureza e descanso.
FOTO ALEX ROCHA/PMPA

A efetivação de uma perspectiva de gênero e diversidade se traduz em um esforço intersetorial. Possibilitar a ocasião para o encontro entre secretarias foi um importante aporte do trabalho. O diálogo intersetorial possibilitou a elaboração mais ampla dos desafios da construção e gestão de uma infraestrutura que não está isolada do restante da cidade. Refletir sobre as dimensões de gênero e diversidade é também pensar nos fluxos e nos entornos.

As reuniões com os coletivos, ativistas e ONGs tinham como objetivos: 1) Conhecer a atuação dos coletivos; 2) Mapear possíveis controvérsias e reivindicações em torno da implantação do Parque; e 3) Suscitar uma discussão sobre a relação entre gênero, diversidade e a implantação de obras de infraestrutura.

Entender o trabalho desenvolvido por grupos feministas, organizações de mulheres negras, ONGs relacionadas ao tema das pessoas em situação de rua e coletivos que

se organizam pela defesa da terra e do território em Porto Alegre ampliou a visão do grupo de trabalho envolvido na estruturação do projeto sobre os entraves e perspectivas e o papel da infraestrutura em promover a convivência ou dificultá-la.

O estudo do caso concreto permitiu evidenciar sete eixos relacionados a gênero, que orientaram a atividade de pesquisa para a implantação do Trecho 2 do Parque Urbano da Orla do Guaíba, e inspiraram a produção das diretrizes, que estão de acordo com a realidade do município, do tipo de empreendimento e com os recursos disponíveis.

Os eixos gerais são: 1) Trabalho e liderança; 2) Espaços e Equipamentos; 3) Serviços; 4) Linguagem e representação simbólica; 5) Mobilidade; 6) Segurança; 7) Pesquisa e avaliação. Em relação ao presente material, apenas o eixo Participação não pôde ser contemplado, pois a atividade da especialista iniciou depois dessa etapa de consultas e diálogo.

RESULTADOS ALCANÇADOS

O primeiro resultado da Prefeitura de Porto Alegre com essa iniciativa foi incluir o tema de gênero na estruturação de parcerias para a gestão de parques urbanos. Com essa experiência, outros governos têm um ponto de partida importante em relação a como essa temática pode ser inserida, a partir do qual podem construir e desenvolver novas contribuições.

O segundo resultado pode ser encontrado nos documentos colocados em Consulta Pública de 12 de agosto de 2019 a 11 de setembro de 2019 e cuja licitação ocorreu no dia 14 de janeiro de 2020. Nestes documentos é possível observar aspectos que visam à construção de um parque que atenda as necessidades de diferentes tipos de frequentadores e frequentadoras.

Alguns encargos para a concessionária relativos ao espaço são: locais com sombras, parques para crianças, bicicletários, banheiros para famílias, bebedouros, sendo que não é permitido haver cobrança para uso dos banheiros ou acesso à água. Ainda estão incluí-

dos nas obrigações da empresa ganhadora da licitação: incentivo à reciclagem; oferecimento de serviços variados, em distintas categorias econômicas; comunicação visual e sinalização atentas ao uso de linguagem não sexista; cumprimento da legislação trabalhista; capacitação para pessoal de segurança nas questões de gênero e diversidade, nos direitos de minorias sociais e grupos sociais vulneráveis; manutenção de plataforma virtual com informações como: linhas de transporte público de acesso ao parque, campanhas que promovam os valores da diversidade e igualdade de gênero, área para envio de dúvidas, críticas, sugestões e reclamações.

Além disso, esse tema é explicitado nas diretrizes que figuram no Caderno de Encargos da Concessionária.¹⁴ Entre os exemplos de encargos da concessionária podemos encontrar, por exemplo, a obrigatoriedade de elaborar uma Política de Inclusão que deve ser aprovada pela Prefeitura e que deve conter aspectos relacionados aos usos do parque, empregabilidade, infraestrutura, serviços e atividades comerciais, e campanhas de sensibilização. As diretrizes dessa política estão destacadas no quadro abaixo, que pode servir de referência inicial para gestores públicos e outros envolvidos em iniciativas dessa natureza.



Um parque que considere as necessidades de todas e todos permite que mais pessoas o frequentem.

FOTO ALEX ROCHA/PMPA

¹⁴ Os documentos aqui citados fazem referência ao processo de licitação lançado no dia 15 de janeiro de 2020 e revogado em 19 de março do mesmo ano. Eventuais alterações em novo processo de licitação podem ocorrer e são de responsabilidade exclusiva da Prefeitura de Porto Alegre.

A POLÍTICA DE INCLUSÃO NO CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA DA CONCESSÃO DO TRECHO 2 DO PARQUE URBANO DA ORLA DO GUAÍBA, EM PORTO ALEGRE

A seguir, estão listados alguns itens que a Prefeitura de Porto Alegre determinou no Caderno de Encargos da Concessionária como obrigação da eventual empresa concessionária a ser contratada para a implantação e gestão do Trecho 2 do Parque Urbano da Orla do Guaíba.

5.10. Política de Inclusão

5.10.1. A CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver e implementar uma política consistente de inclusão, estimulando a igualdade de gênero e o respeito à diversidade.

5.10.2. A referida política de gênero e diversidade deverá propor estratégias de contratação e retenção que proporcionem melhores condições de empregabilidade às mulheres e a outros grupos vulneráveis.

5.10.3. A CONCESSIONÁRIA deverá garantir a infraestrutura mínima para fomentar a empregabilidade de mulheres, como a implantação de banheiros segregados para homens e mulheres nos locais de trabalho, incluindo o canteiro de obras.

5.10.4. As informações sobre a política de inclusão devem constar no Plano Operacional, no Relatório Semestral de Atividades e no Relatório Anual de Atividades a serem entregues ao PODER CONCEDENTE.

5.10.5. Todos os serviços e atividades comerciais explorados pela CONCESSIONÁRIA deverão fomentar, sempre que possível, políticas de inclusão e desenvolvimento de minorias sociais.

5.10.6. A CONCESSIONÁRIA deverá realizar campanhas de sensibilização, conscientização, disseminação de boas práticas e orientação aos USUÁRIOS e aos colaboradores, estimulando a igualdade de gênero e o respeito à diversidade, bem como uma campanha permanente de tolerância zero ao assédio sexual no espaço de trabalho e no espaço público.

SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO

7. Incentivo para Incorporação de Políticas de Inclusão – IPI

7.1. A dimensão “Incentivo para Incorporação de Políticas de Inclusão” é composta do indicador Políticas de Inclusão, que tem como objetivo medir a qualidade do serviço prestado na ÁREA DE CONCESSÃO a homens, mulheres, crianças, jovens, idosos, afrodescendentes, LGBTQI e indígenas, orientados pela equidade e pela não discriminação. O referido indicador será mensurado de acordo com o Quadro 9 abaixo.

Quadro 9 - Detalhamento Indicador Políticas de Inclusão (IPI 01)				
ITEM	DESCRIÇÃO	NOTA		ORIENTAÇÃO
		A	B	
INC 01	Incentivo à equidade entre homens e mulheres em cargos de direção, com recorte racial	1	0	Existem mulheres ou afrodescendentes nos cargos de gestão de administração da CONCESSIONÁRIA?
INC 02	Atenção à segurança dos USUÁRIOS do parque	1	0	Há mulheres atuando na função de segurança patrimonial do parque?
INC 03	Incentivo à empregabilidade de idosos, e ao primeiro emprego de jovens	1	0	Há programas de primeiro emprego para jovens? Há ações de empregabilidade para idosos?
INC 04	Campanhas educativas de combate à discriminação	1	0	Há campanhas permanentes contra assédio sexual no espaço público, contra racismo e LGBTfobia?
INC 05	Uso de linguagem não sexista e não racista	1	0	As informações constantes no parque estão atentas ao uso de uma linguagem não sexista e não racista?
INC 06	Fomento a atividades econômicas inclusivas e de empoderamento	1	0	Existem ações de fomento à geração de renda na ÁREA DA CONCESSÃO voltadas para grupos de mulheres, afrodescendentes, indígenas e LGBTQI?
INC 07	Fomento à inclusão - ATRATIVOS ÂNCORA	1	0	Existem ações de inclusão a diversos segmentos de renda em relação ao ATRATIVOS ÂNCORA, tais como gratuidades e descontos?
INC 08	Fomento à inclusão - Eventos	1	0	Existem ações de acesso a diversos segmentos de renda em relação aos eventos, tais como gratuidades e descontos?

A Situação positiva ou normal

B Situação negativa ou irregular

Considerações finais



Considerações finais

Parques para Todas e Todos busca fornecer um panorama geral do debate acerca da perspectiva de gênero aplicada ao espaço urbano em geral e a parques, em particular. Mostramos que a adoção dessa perspectiva não resulta em maiores despesas com recursos, mas representa uma orientação ao poder público e aos agentes privados para a promoção de espaços com mais qualidade, que estejam atentos às necessidades de pessoas diversas e que promovam a convivência, sem reproduzir discriminações.

Esta não é uma publicação exaustiva, como já exposto. Gostaríamos que esta iniciati-

va estimulasse diferentes atores a analisar e contribuir com outras experiências urbanas que tenham gênero como eixo central e possam oferecer mais exemplos concretos e bem-sucedidos. Por fim, indicamos algumas leituras que podem orientar o aprofundamento dos temas aqui apresentados.

Agradecemos sua leitura e esperamos que possa aplicar as sugestões aqui expostas nos parques de sua cidade. Esperamos, também, que em breve outros parques sejam exemplos da inclusão da perspectiva de gênero e que tenhamos cada vez mais parques melhores para todas e todos no Brasil.



Instituições



Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos

O Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS) faz parte das Nações Unidas. Em todo o mundo, oferece ao sistema da ONU, seus parceiros e governos soluções nas áreas de assistência humanitária, desenvolvimento, paz e segurança. Sua missão é ajudar as pessoas a melhorarem suas condições de vida e os países a alcançarem a paz e o desenvolvimento sustentável, de forma alinhada aos objetivos da Agenda 2030.



O Instituto Semeia tem como missão transformar as áreas protegidas em motivo de orgulho para os brasileiros. Nesse contexto, fomenta parcerias que abram caminhos para a união de esforços entre o setor público, a iniciativa privada e a sociedade civil. Sua atuação é específica: o Instituto trabalha com os governos federal, estadual ou municipal, no apoio ao desenvolvimento de projetos que visem a inovar os modelos de gestão dos parques naturais e urbanos, de maneira que a sociedade tenha como resultado espaços mais bem preparados para o público.



A ONU Mulheres é a entidade das Nações Unidas dedicada à igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres. A ONU Mulheres foi criada para acelerar o progresso na resposta às necessidades de meninas e mulheres em todo o mundo.

A ONU Mulheres apoia os Estados Membros da ONU ao estabelecer padrões globais para alcançar a igualdade de gênero e trabalha com governos e sociedade civil para elaborar leis, políticas, programas e serviços necessários para garantir que os padrões sejam efetivamente implementados e beneficiem verdadeiramente mulheres e meninas em todo o mundo.



O Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS) lidera e inspira o mundo para alcançar sua visão compartilhada de zero nova infecção por HIV, zero discriminação e zero morte relacionada à Aids. O UNAIDS une os esforços de 11 organizações — ACNUR, UNICEF, PMA, PNUD, UNFPA, UNODC, ONU Mulheres, OIT, UNESCO, OMS e Banco Mundial — e trabalha em estreita colaboração com parceiros nacionais e globais para acabar com a epidemia da Aids até 2030, como parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Conceitos básicos

Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

A Agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal. O plano lista 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e 169 metas, para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta. São objetivos e metas claras, para que todos os países adotem de acordo com suas próprias prioridades e atuem no espírito de uma parceria global que oriente as escolhas necessárias para melhorar a vida das pessoas, agora e no futuro.

Para informações adicionais, visite <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>.

Concessão

As Concessões são os arranjos contratuais utilizados em atividades que necessitam também de investimentos consideráveis e que são, ainda, seguidos pela prestação de serviços e/ou atividades econômicas. Entretanto, as receitas do empreendimento são suficientes para arcar com os recursos investidos pelo privado e, portanto, não exigem participação financeira do Poder Público.

http://semeia.org.br/arquivos/2019_Guia_pratico_de_Parcerias_em_Parques.pdf.

Conceitos básicos

Diversidade

Diversidade é um dos princípios básicos de cidadania. Visa a garantir a cada indivíduo as condições para o pleno desenvolvimento de seus talentos e potencialidades, considerando a busca por oportunidades iguais e o respeito à dignidade. Representa a efetivação do direito à diferença, criando condições e ambientes em que as pessoas possam agir em conformidade com seus valores individuais.

<http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Guia-de-enfrentamento-ao-racismo-institucional.pdf>

Equidade

Equidade configura um princípio de justiça redistributiva, proporcional, que se pauta mais pelas necessidades de pessoas e de coletivos e por um senso reparador de dívidas do que pela sua igualdade formal diante da lei. Representa o aprofundamento do princípio de igualdade formal de todos diante da lei.

<http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Guia-de-enfrentamento-ao-racismo-institucional.pdf>

Conceitos básicos

Estigma e discriminação

O termo estigma vem da palavra grega que significa marca ou mancha, e se refere a crenças e/ou atitudes. O estigma pode ser descrito como um processo dinâmico de desvalorização que deprecia significativamente um indivíduo na opinião de outros. Por exemplo, dentro de determinadas culturas ou contextos, certos atributos são definidos por outrem como sendo vergonhosos ou impróprios. Quando o estigma é colocado em prática, o resultado é a discriminação. A discriminação é qualquer tipo de distinção, exclusão ou restrição arbitrária que afeta uma pessoa, geralmente (mas não exclusivamente) em virtude de uma característica pessoal inerente ou da percepção de pertencimento a determinado grupo. A discriminação é uma violação dos direitos humanos.

https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2017/10/WEB_2017_07_12_GuiaTerminologia_UNAIDS.pdf

Gênero

Gênero refere-se aos atributos e às oportunidades sociais associadas ao ser masculino e ao ser feminino e às relações entre mulheres e homens e meninas e meninos, bem como às relações entre mulheres e às relações entre homens. Tais atributos, oportunidades e relações são construídos socialmente e aprendidos por meio de processos de socialização. Eles são específicos ao contexto/época e podem mudar. Gênero determina o que se espera, o que se permite e o que se valoriza em uma mulher ou em um homem em determinado contexto. Na maioria das sociedades, há diferenças e desigualdades entre mulheres e homens nas responsabilidades designadas, atividades realizadas, acesso e controle de recursos, bem como oportunidades de tomada de decisão.

https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2017/10/WEB_2017_07_12_GuiaTerminologia_UNAIDS.pdf

Conceitos básicos

Identidade de gênero

Identidade de gênero se refere à experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo tanto o senso pessoal do corpo — que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros— quanto outras expressões de gênero, inclusive vestimentas e modo de falar (ver também orientação sexual).

https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2017/10/WEB_2017_07_12_GuiaTerminologia_UNAIDS.pdf.

Igualdade de gênero

A igualdade de gênero é um direito humano reconhecido. Reflete a ideia de que todos os seres humanos são livres para desenvolver suas capacidades pessoais e fazer escolhas sem limitações impostas por estereótipos, papéis de gênero ou preconceitos. Igualdade de gênero quer dizer que os diferentes comportamentos, aspirações e necessidades de todas as pessoas são igualmente considerados, valorizados e promovidos. Também significa a não existência de discriminação por motivo de gênero da pessoa na alocação de recursos ou benefícios, ou no acesso a serviços. A igualdade de gênero pode ser mensurada em termos da existência de igualdade de oportunidades ou de igualdade de resultados.

https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2017/10/WEB_2017_07_12_GuiaTerminologia_UNAIDS.pdf.

Conceitos básicos

Interseccionalidade

A interseccionalidade é um conceito que afirma a coexistência de diferentes fatores (vulnerabilidades, violências, discriminações), também chamados de eixos de subordinação, que acontecem de modo simultâneo na vida das pessoas.

Diferentes eixos de subordinação estão ativos em sociedades como a nossa, entre eles:

- de geração, dando a adultos(as) melhores posições em relação a jovens e idosos(as);
- de condição física ou mental, em que pessoas com deficiências e pessoas com doenças crônicas enfrentam mais barreiras;
- de situação territorial, que confere vantagens aos/às habitantes dos centros urbanos em detrimento das populações periféricas, rurais, ribeirinhas e de floresta;
- de raça, que confere privilégios a pessoas brancas em detrimento de pessoas negras e indígenas;
- de gênero, que expõe mulheres, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais a situações de opressão e violência;
- de classe, que impõe barreiras às pessoas mais pobres.

<http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/FINAL-WEB-Racismo-Institucional-uma-abordagem-conceitual.pdf>.

Conceitos básicos

Lésbicas, gays,
bissexuais,
transexuais, travestis e
pessoas intersexuais/
pessoas LGBTI+

Embora seja preferível evitar siglas sempre que possível, a sigla LGBTI+ ganhou reconhecimento porque enfatiza uma diversidade de sexualidades e identidades de gênero.

https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2017/10/WEB_2017_07_12_GuiaTerminologia_UNAIDS.pdf.

Mensuração de
Desempenho

A mensuração de desempenho é feita através de indicadores que ajudam no monitoramento da execução contratual. No caso dos contratos de parceria, eles servem como ferramenta para detectar eventuais falhas operacionais (má qualidade da limpeza e da gestão de resíduos, por exemplo) e para incentivar o parceiro privado a realizar condutas desejáveis (como, por exemplo, atividades de educação ambiental).

http://semeia.org.br/arquivos/2019_Guia_pratico_de_Parcerias_em_Parques.pdf.

Mobilidade ativa

A mobilidade ativa ou mobilidade não motorizada é uma forma de mobilidade que faz uso unicamente de meios físicos do ser humano para a locomoção, como andar a pé e de bicicleta. Outros meios com propulsão humana, por exemplo, velocípede não motorizado, patins, skate ou trotinetes, também se enquadram dentro da mobilidade ativa.

<http://mobilidadeativa.org.br/>.

Orientação sexual

O termo orientação sexual se refere à atração emocional, afetiva e sexual profunda de cada pessoa por indivíduos do gênero oposto, do mesmo gênero ou de ambos os gêneros (assim como suas relações íntimas e sexuais com estes indivíduos).

https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2017/10/WEB_2017_07_12_GuiaTerminologia_UNAIDS.pdf.

Conceitos básicos

Paridade de Gênero

A paridade de gênero refere-se a uma proposta de exercício igualitário de direitos por homens e mulheres, inclusive em espaços de poder e decisão. Em alguns casos, implica na adoção de medidas como estímulos ou cotas para que os espaços sejam ocupados de maneira igualitária por homens e mulheres para se concretizar.

ONU Mulheres

Parques Urbanos

Os parques urbanos são áreas com muito verde dentro das cidades, sendo usualmente frequentadas pela população para a prática de esportes, atividades de lazer e entretenimento, e como opção de contato com a natureza nos centros urbanos.

https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2017/10/WEB_2017_07_12_GuiaTerminologia_UNAIDS.pdf

PPPs

As PPPs, Parcerias Público-Privadas, são os mecanismos adotados para gerir iniciativas que necessitem de investimentos consideráveis em sua construção ou reforma, seguidos da prestação de serviços e/ou atividades econômicas, cujas receitas produzidas (por exemplo, a cobrança de tarifas dos usuários) não são suficientes para cobrir os recursos empregados pelo particular, exigindo, portanto, a participação financeira do Poder Público para a sua viabilização.

http://semeia.org.br/arquivos/2019_Guia_pratico_de_Parcerias_em_Parques.pdf

Conceitos básicos

Sexo

O termo sexo se refere a diferenças biologicamente determinadas utilizadas para rotular indivíduos de masculinos ou femininos. Essa classificação se baseia nos órgãos e nas funções reprodutivas.

https://unaid.org.br/wp-content/uploads/2017/10/WEB_2017_07_12_GuiaTerminologia_UNAIDS.pdf.

Violência de gênero

O termo violência de gênero descreve a violência que estabelece, mantém ou tenta reafirmar relações desiguais de poder com base em gênero. Engloba atos ou ameaças que infligem maus-tratos ou sofrimentos físicos, mentais ou sexuais, coerção e outras privações de liberdade. Inicialmente a definição do termo descrevia a influência do gênero na violência dos homens contra as mulheres. Por isso, é utilizado com frequência como sinônimo para violência contra mulheres. No entanto, a definição evoluiu para incluir violência cometida contra alguns meninos, homens e pessoas trans por desafiarem (ou não estarem em conformidade com) normas e expectativas predominantes quanto ao gênero (ex.: podem ter aparência feminina) ou de acordo com normas heterossexuais.

https://unaid.org.br/wp-content/uploads/2017/10/WEB_2017_07_12_GuiaTerminologia_UNAIDS.pdf.

Leituras complementares

- Espacios para la vida cotidiana. Auditoría de Calidad Urbana con perspectiva de género. Col.lectiu Punt 6. 2014.
[\[LINK\]](#)
- Mujeres trabajando. Guía de reconocimiento urbano con perspectiva de género. Col.lectiu Punt 6. 2014.
[\[LINK\]](#)
- Departamento de Integração da perspectiva de gênero da prefeitura de Viena
[\[LINK\]](#)
- Programa Cidades Sustentáveis
[\[LINK\]](#)
- Entornos habitables. Auditoria de seguridad urbana con perspectiva de género en la vivienda y el entorno. Col.lectiu Punt 6. 2014.
[\[LINK\]](#)

Bibliografía

Casanovas et al. Mujeres trabajando. Guía de reconocimiento urbano con perspectiva de género. Col. lectiu Punt 6. 2014.

[LINK]

Ciocoletto, Adriana. Espacios para la vida cotidiana. Auditoría de Calidad Urbana con perspectiva de género. Col.lectiu Punt 6. 2014.

[LINK]

Crenshaw, Kimberle. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao Gênero. 2002.

[LINK]

Dfensor, revista mensual de derechos humanos de la Comisión de Derechos Humanos del Distrito Federal. Ciudades seguras para mujeres y niñas. Mexico. Año xv, número 1, Janeiro de 2017.

[LINK]

Falú, Ana. ¿Quo vadis nueva agenda urbana?: acerca del proceso y los contenidos. Revista VIVIENDA & CIUDAD, Vol 3: 97-100, 2016.

Falú, Ana; Segovia, Olga (edits.). Living Together: Cities free from violence against women (Building proposals through discussion). United Nations Development Fund for Women (UNIFEM).2008.

Gonzaga, Terezinha. A cidade e Arquitetura também mulher: conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero. (tese). 2004.

[LINK]

Instituto de las Mujeres de la Ciudad de Mexico. Experiencias sobre ciudades seguras para las mujeres. Memoria del 1er Encuentro Internacional sobre Ciudades seguras para las mujeres. Mexico, DF: 3, 4 e 5 de septiembre de 2008.

[LINK]

Muxí, Zaida. Reflexiones en torno a las mujeres y el derecho a la vivienda desde una realidade con espejismos, 2009.

[LINK]

ONU. Declaração e Programa e Ação da III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas. Durban, 2001.

[LINK]

ONU. Racismo Institucional, uma abordagem conceitual. 2013.

[LINK]

UNWOMEN. A transformative stand-alone goal on achieving gender equality, women's rights and women's empowerment: imperatives and key components. 2013.

[LINK]

Bibliografia

UNWOMEN. Safe Cities and Safe Public Spaces: Global Results Report. 2017.

[\[LINK\]](#)

UNWOMEN. Safe Cities and Safe Public Spaces: Flagship Programme. 2018.

[\[LINK\]](#)

UNWOMEN. Safety Audit Findings: Risks in the Safety of Women.

[\[LINK\]](#)

Urban Development Vienna. Manual for Gender Mainstreaming in Urban Planning and Urban Development. 2013.

[\[LINK\]](#)


Valentine, Gill. The Geography of Women's Fear. The Royal Geographical Society. 1989.

Vargas, Virginia. Regional Programme Cities without Violence against Women, Safe Cities for All. United Nations Development Fund for Women (UNIFEM). 2007.

Williams, Patricia. The alchemy of race and rights. Harvard College. 1991

Women in Cities International. WOMEN'S SAFETY AUDITS: What Works and Where? 2008.

[\[LINK\]](#)



PARQUES para **TODAS** e **TODOS**

Sugestões para a implantação
de parques urbanos
com perspectiva de gênero

PUBLICAÇÃO:

Maio / 2020

COORDENAÇÃO GERAL:

Lívia Alen UNOPS

COORDENAÇÃO EDITORIAL:

Joice Tolentino Semeia

REDAÇÃO:

Natália Alves UNOPS

REDAÇÃO PARCERIAS COM A INICIATIVA PRIVADA:

Natália Alves UNOPS

Victor Hugo Costa Semeia

REVISÃO DE CONTEÚDO:

Ana Claudia Jaquetto ONU Mulheres

Ariadne Ribeiro UNAIDS

Daniel de Castro UNAIDS

PROJETO GRÁFICO E ILUSTRAÇÕES:

AtivGreen

Clara Gastelois

Julia Danesi

REVISÃO DE TEXTO:

Mariana Rabello

REPRESENTANTE DO UNOPS NO BRASIL:

Claudia Valenzuela

GERENTE DE PROJETOS DO UNOPS E RESPONSÁVEL PELA COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE:

Bernardo Bahia

DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO SEMEIA:

Fernando Pieroni

Todas as famílias tipográficas utilizadas
nesta publicação foram desenvolvidas por
designers mulheres — integralmente e em
equipe majoritariamente feminina.

Faune

Alice Savoie

Bitter

Sol Matas

PT Sans e PT Serif

Alexandra Korolkova, Olga Umpeleva and Vladimir Yefimov

